UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

IRIS TEIXEIRA DE OLIVEIRA

O DESAFIO DA QUALIDADE DE VIDA: O IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS NO GRUPO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL Á FAMILIA- PAIF NO CRAS I EM ABAIARA-CE.

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2019

IRIS TEIXEIRA DE OLIVEIRA

O DESAFIO DA QUALIDADE DE VIDA: O IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS NO GRUPO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL Á FAMILIA- PAIF NO CRAS I EM ABAIARA-CE.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.ª Esp. Jácsa Vieira de Caldas

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2019

IRIS TEIXEIRA DE OLIVEIRA

O DESAFIO DA QUALIDADE DE VIDA: O IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS NO GRUPO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL Á FAMILIA- PAIF NO CRAS I EM ABAIARA-CE.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.ª Esp. Jácsa Vieira de Caldas

Apresentada em____ /____/_____

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Esp. Jácsa Vieira de Caldas.
Orientadora

_____

Profª. Ms. Sheyla Alves Dias
1º Examinador

_____

Profª. Esp. Jamille Lima Vieira
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, pois ele é poderoso para fazer infinitamente mais, muito além daquilo que pedimos ou pensamos, à minha família que em nenhum momento desta trajetória me abandonou, e principalmente à pessoa mais importante da minha vida: minha mãe, que sempre fez de um tudo para realizar os meus sonhos, sem ela nada disso seria realidade!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora das Graças, pois tudo que peço em oração me é concedido pelo poder das vossas mãos, que nunca deixou de interceder por mim nos meus momentos mais difíceis e durante essa longa trajetória jamais me fez desanimar diante dos obstáculos.

Agradeço também a toda a minha família por me ajudar financeiramente e emocionalmente para a concretização dessa fase da minha vida.

Agradeço as minhas irmãs, a meu pai, e principalmente a minha mãe, pois nada disso seria possível sem a força de vontade de trabalhar e querer o melhor para mim, pois desde a alfabetização ela sempre acreditou que investir na educação é uma forma de amar e prosperar um futuro.

Agradeço infinitamente a minha querida orientadora Jácsa Vieira, por toda a paciência, dedicação e amor pelo que faz, como Assistente Social e professora perfeitamente comprometida com tudo o que lhe convém, um ser de luz.

Agradeço a minha supervisora de estágio Fabiana Evaristo por toda a paciência, dedicação, pela amizade e confiança, o meu muito obrigada.

Aos meus professores que muitos contribuíram para chegar á essa reta final, e á Universidade Dr. Leão Sampaio por proporcionar um curso tão lindo como o Serviço Social.

Á meu namorado que apesar de tudo sempre está do meu lado, me dando forças e fazendo com que eu me sinta feliz.

Agradeço também á minha madrinha Maria por todo o apoio, meu padrinho e Avô José Olimpio (in memorial), meu avô José e minha avó Ecir, ás minhas tias, e toda a minha família que sempre estão torcendo por mim.

Agradeço às minhas amigas- irmãs que desde a infância estão comigo, Mércia, Júlia, Cicinha, e minha prima Elaine que estão comigo em todos os momentos da minha vida, sejam eles bons ou ruins. Agradeço também a minha amiga Raquel que desde o ensino médio está comigo em todos os momentos, mesmo estando distante.

Agradeço ás minhas companheiras de faculdade, Itana, Wérgila, Liliane, Fátima, Athaynara, Marlete, á minha amiga Karollyne que tanto me ajudou na construção desde trabalho, por todas as dúvidas extraídas, por todo o estresse, valeu a pena, sem vocês nada disso teria sentido, obrigada por cada gargalhada, por cada conversa sentadas no pátio, pelos

dias de estágio, pelos seminários apresentando sempre juntas e por tudo que vivemos dura toda essa jornada acadêmica.

Sem esquecer da minha irmãzinha do coração que a faculdade me deu desde o início do curso até os dias atuais, pois nem a distância foi capaz de separar uma amizade que construímos durantes estes quatro anos, á você amiga, muito obrigada, por cada conselho, por todo o apoio.

Agradeço também á minha madrinha Lurdes e também a Ção, por tudo que fizeram e fazem por mim, pois os considero como minha segunda família, a família do meu coração.

Á todos vocês os meus sinceros agradecimentos por fazer parte da minha vida!

"A idade não é decisiva; o que é decisivo é a inflexibilidade em ver as realidades da vida, e a capacidade de enfrentar essas realidades e corresponder a elas interiormente."

Max Weber

RESUMO

Esta pesquisa obteve como objeto de estudo o grupo de idosos do PAIF, do CRAS I em Abaiara- CE. Objetivou-se aqui analisar o impacto da participação dos Idosos no grupo de convivência, compreendendo a importância dos direitos da pessoa idosa, identificando o principal elemento que impulsiona as pessoas idosas a frequentar o grupo de convivência, analisando quais os fatores que podem contribuir para uma melhor qualidade de vida da pessoa idosa por intermédio da Proteção Social Básica e entendendo a contribuição do PAIF para a vida do idoso e de sua família. No primeiro momento faz-se um resgate histórico da política de Assistência Social, trazendo também. a questão do envelhecimento e seu contexto social e histórico. Diante disso, é importante uma discussão mais aprofundada acerca de intervenções na vida do usuário em busca de uma melhor qualidade de vida, em seguida, enfatizam-se os aspectos de fragilidade da pessoa idosa e como o PAIF irá intervir. Na última etapa apresentou-se as fases metodológicas, de uma forma poética interpretou-se o tema, e por fim foi feita a análise e discussão dos dados. Em seu processo metodológico a pesquisa é de cunho qualitativo, é ainda uma pesquisa explicativa, exploratória e descritiva, possui caráter bibliográfico e de campo, como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada. O estudo buscou conhecer a representação da população idosa sobre o grau de satisfação, quanto aos benefícios obtidos aos idosos com a convivência em grupos, desta forma, considerou como um dos indicadores de bem-estar no envelhecimento com qualidade de vida, descrevendo o nível de satisfação na participação social de idosos.

Palavras-chaves: Qualidade de vida. Idosos. Grupo Convivência. PAIF. Participação. Impacto.

ABSTRACT

This study obtained as object of study the elderly group of PAIF, from CRAS I in Abaiara-CE. The objective of this study was to analyze the impact of older people's participation in the cohabitation group, understanding the importance of elderly people's rights, identifying the main element that encourages older people to attend the coexistence group, analyzing the factors that can contribute to a better quality of life of the elderly through the Basic Social Protection and understanding the contribution of the PAIF to the life of the elderly and their family. In the first moment a historical rescue of the policy of Social Assistance is made, bringing also. the question of aging and its social and historical context. In view of this, it is important to have a more in-depth discussion about interventions in the life of the user in search of a better quality of life, then emphasize the aspects of fragility of the elderly person and how PAIF will intervene. In the last stage the methodological phases were presented, in a poetic way the subject was interpreted, and finally the analysis and discussion of the data was made. In its methodological process, the research is qualitative, it is still an explanatory, exploratory and descriptive research, has a bibliographic and field character, as a data collection instrument was used the semi-structured interview. The study sought to know the representation of the elderly population about the degree of satisfaction, regarding the benefits obtained to the elderly with the coexistence in groups, in this way, considered as one of the indicators of well-being in aging with quality of life, describing the level of satisfaction in the social participation of the elderly.

Keywords: Quality of life. Seniors. Group Convivência. PAIF. Participation. Impact.

LISTA DE SIGLAS

BE - Benefícios Eventuais

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais

CAP's - Caixas de Aposentadorias e Pensões

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNI - Conselho Nacional do Idoso

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRI - Centro de Referência do Idoso

DF - Distrito Federal

IAP's - Institutos de Aposentadoria e Pensões

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica da Assistência Social

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral á Família

PBF - Programa Bolsa Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNI - Política Nacional do Idoso

PSB - Proteção Social Básica

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I - Dados referentes ao gênero.....56
Gráfico II - Dados referentes à idade.....58
Gráfico III - Dados referentes ao estado civil.....59
Gráfico IV - Dados referentes a escolaridade.....60
Gráfico V - Dados referentes ao conhecimento da PNI e Estatuto do Idoso.....63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I - ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA EM BUSCA DE UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL 16

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO REGULAMENTAÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS NO BRASIL 17

1.2. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: CONTRIBUIÇÃO PARA A VIDA DO IDOSO POR MEIO DO SCFV E PAIF 23

1.3. A IMPORTÃNCIA DA LEGISLAÇÃO DO IDOSO: MECANISMO DE PROTEÇÃO SOCIAL 29

CAPÍTULO II - VIVER MAIS, VIVER MELHOR: OS DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO E OS SUBSIDIOS PARA A EMANCIPAÇÃO DO IDOSO EM SEU CONVÍVIO SOCIAL E FAMILIAR 33

2.1 GRUPO DE CONVIVÊNCIA: FONTE DE RESILIÊNCIA, BEM-ESTAR E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA 34

2.2. ASPECTOS DE FRAGILIDADE DA PESSOA IDOSA: A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR E SOCIAL POR INTERMEDIO DO PAIF 38

2.3. O PAPEL DO IDOSO NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA 43

CAPÍTULO III - ANALISANDO E INTERPRETANDO OS DADOS: O IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS DO GRUPO DO PAIF, NO CRAS I EM ABAIARA-CE 48

3.1. FASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA: AS METAMORFOSES TRANSFORMADORAS PARA O NASCIMENTO DE UMA DESCOBERTA 49

3.2. AS COISAS SIMPLES DA VIDA NOS DÃO FORÇAS PARA VIVER: POETIZANDO O VÍNCULO DA AMIZADE DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA E ENXERGANDO O PROCESSO DE MUDANÇAS E DESAFIOS NA VIDA DO IDOSO 52

3.3. FELICIDADE INDEPENDE DA IDADE: A IMPACTAÇÃO E O CONVÍVIO SOCIAL DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO: ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS. 55

CONSIDERAÇÕES FINAIS 69

REFERÊNCIAS 71

APÊNDICES 76

INTRODUÇÃO

A participação dos idosos nos grupos de convivência lhes oportuniza inúmeros benefícios, como a inserção, o convívio e a interação social, o estabelecimento de relações afetivas e de amizades, a descoberta de novos papeis sociais, melhor compreensão das relações familiares, fortalecimento de relações intergeracionais, manutenção da capacidade funcional, conquista do envelhecimento ativo, entre outros.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: O desafio da qualidade de vida: O impacto da participação dos idosos no grupo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral á Família- PAIF no CRAS I em Abaiara-CE, tem como objeto de estudo o Grupo de Idosos do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. A pesquisa tem como alvo analisar quais as contribuições do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família promove a emancipação da pessoa idosa. Assim sendo, o presente trabalho tem a finalidade de uma análise acerca da qualidade de vida na terceira idade e como o PAIF contribui para amparar as fragilidades da pessoa idosa através dos grupos de convivência.

A importância da realização desta pesquisa deve-se ao decorrer de várias repercussões e indagações sobre viver com qualidade nessa última etapa da vida, especialmente pelo fato dos estudos voltados para o aspecto do envelhecimento ter sido ampliado em vários espaços. O Brasil é um país que está envelhecendo, mas que não aceita a velhice como as demais fases da vida. A velhice no país carrega consigo o estigma do preconceito, da negligência e da exclusão. Dessa maneira, é que acredita-se que o estudo é válido para toda a sociedade, visando uma nova interpretação para a velhice.

Para o meio acadêmico, no sentido de despertar novos olhares para o tema e para o meio profissional, com objetivo de desenvolvimento de novas ações educativas e de conscientização sobre o envelhecimento ativo, crítico e protagonista. E como relevância pessoal, a escolha desta temática de pesquisa deu-se a partir da aproximação aos idosos e do acompanhamento do Grupo de Convivência do PAIF do CRAS João Cabral proporcionado pelo período de estágio supervisionado I e II do curso de Serviço Social oferecido pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, ambos na cidade de Juazeiro do Norte- CE. Porém, houve um questionamento de como os idosos da cidade de Abaiara-CE, conseqüentemente seriam assistidos pelo mesmo serviço no referido CRAS.

Objetiva-se aqui analisar o impacto da participação dos Idosos no grupo de convivência, compreendendo a importância dos direitos da pessoa idosa, identificando o

principal elemento que impulsiona as pessoas idosas a frequentar o grupo de convivência; analisando quais os fatores que podem contribuir para uma melhor qualidade de vida da pessoa idosa por intermédio da Proteção Social Básica e entendendo a contribuição do PAIF para a vida do idoso e de sua família.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro faz um resgate histórico da política de Assistência Social, buscando repercussões diante de um contexto marcado pela coerção do Estado e pela caridade, onde teve por finalidade prestar assistência às pessoas menos favorecidas, trazendo também a questão do envelhecimento e seu contexto social e histórico, que explica a realidade atual, à nível de política.

Diante disso, o segundo capitulo vem trazer uma discussão mais aprofundada de como se desenvolve algumas atividades e ações que irão intervir na vida do usuário e o proporcionar uma melhor qualidade de vida, em seguida é de extrema significação enfatizar os aspectos de fragilidade da pessoa idosa e como o PAIF irá intervir para contribuir e intervir para que essa realidade seja modificada, tanto com ações particularizadas, como também com ações comunitárias. O terceiro e último capítulo trata da metodologia de uma forma lúdica interpreta-se o tema por meio de um poema, enxergando o processo de mudanças e os desafios postos na vida do idoso por meio de uma imagem e discussão, e por fim traz a análise dos dados coletados em campo.

Em seu processo metodológico a pesquisa de cunho qualitativo, visa compreender a realidade social do idoso com foco no impacto causado na vida desses idosos institucionalizados. É ainda uma pesquisa explicativa, exploratória e descritiva. Possui caráter bibliográfico e de campo, pois livros e artigos foram esmiuçados para a elaboração do referencial teórico. Por conseguinte, como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada, pois este tipo de entrevista foi escolhida pelo fato de ter-se um contato entre o pesquisador e os pesquisados.

Portanto, esta pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no dia 15 (quinze) de maio do corrente ano, tendo como população 22 idosos, porém só foram realizadas 11 entrevistas. A expectativa de entrevistas a serem realizadas era de 20, mas devido alguns abdicarem a participar da pesquisa e outros por terem faltado no dia em consequência da chuva que ocorreu reduziu-se este número, sendo assim, 50 % é a amostra dos dados coletados desta análise investigativa.

Através desse percurso metodológico é que desejou-se conhecer de uma forma mais profunda a questão da convivência e os impactos na vida do idoso, perpassando o seu contexto sócio-histórico, a atualidade e os desafios encontrados para que esses e outros tipos

de direitos sejam de fato garantidos para essa parcela da população. Em resposta à algumas fragilidades encontradas e em resposta à questão social nota-se que na maioria das instituições desenvolve-se atividades voltadas ao idoso para o melhoramento de sua qualidade de vida, tais como: promover o bem-estar físico através de exercícios, roda de conversas, palestras e dinâmicas sobre diversos temas.

CAPÍTULO I - ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA EM BUSCA DE UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

> *"De cada um, de acordo com suas habilidades, a cada um, de acordo com suas necessidades."*
>
> ***(Karl Marx)***

Inicialmente, o presente estudo faz um resgate histórico da política de Assistência Social, buscando repercussões diante de um contexto marcado pela coerção do Estado e pela caridade, onde teve por finalidade prestar assistência às pessoas menos favorecidas. Assim sendo, é necessário destacar sua historicidade a partir de sua gênese até os dias atuais, tal como, é importante relacionar o surgimento da política de Assistência Social à questão social, pois estas estão intrinsecamente interligadas.

Evidentemente, também é significativo ressaltar a construção e a implementação da CF/88, em que o país passa por transformações para adaptação desse regulamento que por lei tinha que ser instituído, mais a frente transformando-se na maior e mais importante legislação do Brasil.

Em seguida descreve as duas principais legislações que defendem e garantem os direitos da pessoa idosa: A Política Nacional do Idoso, cujo objetivo é defender a sua autonomia como sujeito, sua integração social e sua participação nas ações decisórias da sociedade; e o Estatuto do Idoso obtendo como objetivo garantir dignidade ao idoso, determinando seus direitos, as obrigações das entidades assistenciais e estabelece penalidades para diversas situações de desrespeito.

E enfim, discursar sobre a proteção social como elemento integrante da política de Assistência Social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, apresentando os seus principais elementos e algumas críticas construídas a seu respeito. Posteriormente, serão abordados os aspectos mais relevantes da Proteção Social Básica no Sistema Único de Assistência Social. Em última instância, pretende-se apresentar a centralidade e o papel que o CRAS tem ocupado na Proteção Social Básica e como isso vem ocorrendo.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO REGULAMENTAÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Compreender e discutir sobre a política da Assistência Social é importante para entender como as políticas sociais públicas surgiram, fazendo todo um resgate histórico desde a sua gênese. Assim sendo, a filantropia e a caridade deixaram suas marcas registradas na origem das políticas sociais no Brasil, o amparo às pessoas pobres não tinha uma certa atenção do Estado, desta forma a assistência desenvolveu-se a partir das teses doutrinárias da Igreja Católica oferecendo assistencialismo aos mais necessitados, ou seja, à classe menos favorecida.

Já no século XIX, a Igreja Católica passa a ter uma significativa contribuição para que a caridade continuasse a ser oferecida, mas desta vez, cuidando das expressões da questão social de cada caso, a partir daí inicia-se a institucionalização do Serviço Social, surgindo a criação da primeira escola de Serviço Social, em Amsterdã, em 1899, substituindo o serviço das damas de caridade e da igreja por explicações cientificas, tratando agora, não só do indivíduo, mas também de sua família. (IAMAMOTO, 2006)

Em 1923, foi criada a Lei Eloy Chaves (Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923) sendo uma das primeiras leis de proteção ao trabalho no Brasil, e estabelecendo a base do sistema previdenciário brasileiro, inicialmente criando a Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP's), consistindo num modelo escolhido para fornecer garantias aos trabalhadores das ferrovias. (BRASIL, 1923)

Já em 1930, no Brasil iniciava uma nova história que iria mudar completamente o desenvolvimento do país, pois foi o começo de uma nova era, conhecida popularmente como "a era Vargas", que teve como principal objetivo mostrar aos trabalhadores que o governo agora implantaria medidas que os beneficiassem, e ao mesmo tempo alienava a sociedade com tamanha generosidade.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2006), o chamado Estado Novo assumiu um modelo de governo corporativista, com muita ênfase no crescimento econômico brasileiro, a política adotada compreendia o incentivo ao setor industrial e o controle social das massas trabalhadoras. É claro que esse controle esteve baseado na violência e na repressão, práticas típicas das ditaduras, mas por outro lado, o governo adotou uma postura relativa a uma primitiva política assistencialista.

Foi entre os anos de 1937 a 1945, que o então Presidente da República Getúlio Vargas estabeleceu um período que ficaria marcado na trajetória brasileira, mais precisamente no campo político e na área da Assistência Social até os dias atuais, era o Estado Novo, marcado por um governo ditatorial. Ainda na década de 1930, surgiram os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP´s), substituindo as CAP's, criados pelo Presidente Getúlio Vargas, com o propósito de melhorar o atendimento aos beneficiados e apreender um maior número de contribuintes para a Previdência Social. Foi instalado no Brasil, em 1938, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), Decreto-lei nº. 525, de 1º de julho de 1938, (mais a frente substituído pelo CNAS) foi através dele que surgiu a primeira forma da presença da Assistência Social na burocracia do Estado Republicano brasileiro.

Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidida pela primeira-dama Darcy Vargas. Sua instalação se deu em 02 de outubro daquele mesmo ano, deixando a sua marca como a fundadora do primeiro damismo no Brasil. Em 1945, o país passa por um enfraquecimento no âmbito governamental, pois o poder de Getúlio Vargas começou a enfraquecer ocasionando a queda do Estado Novo. (PINTO, 1984)

Período marcado pelo autoritarismo e pela repressão nasce a LBA, uma importante instituição que representou um grande marco histórico no governo do presidente Getúlio Vargas (1930 a 1945), e desencadeou a institucionalização das damas que objetivaram prestar assistência aos mais necessitados por meio da caridade.

Por consequência disso o país ganha um novo presidente: Eurico Gaspar Dutra, fundador da constituição de 1946, essa nova constituinte visava dar fim aos instrumentos repressivos criados durante o Estado Novo: A Carta Magna, contou com a participação popular, assegurando uma ampliação dos direitos através de debates e emendas para a efetivação da constituição, porém se tratava de um processo lento e duradouro. No entanto, não deixou de cumprir sua tarefa de redemocratização, propiciando condições para o desenvolvimento do país durante os vinte anos que o regeu. (SILVA, 2009)

Compreende-se que a elaboração da Carta Magna foi significativa, mas o que ali estava escrito não passou de folhas rabiscadas e tintas acabadas, pois aquele texto redigido jamais "saiu do papel", pois se tratava de uma reação contra o regime ditatorial imposto por Getúlio Vargas.

Nesta sequência de acontecimentos ocorreu um grande marco na vida do brasileiro, foi o golpe militar de 1964, conhecido pelo autoritarismo e pela retirada de direitos surgindo a Ditadura Militar no Brasil que percorreu dos anos de 1964 a 1985, é o que nos afirma Tavares, 1966:

> No instante em que eclodiu o movimento militar pela derrubada do governo, o povo encontrou-se desarmado politicamente para enfrentar os golpistas. [...] as forças populares viram-se diante de um fato que não estava previsto em seus cálculos, ficando hemiplégicas ao anunciar-se o movimento militar nas Alterosas [...]. Toda a tática dos concorrentes progressistas e do próprio governo Goulart encontrava-se apoiada numa base falsa: não havia uma justa análise da correlação de forças e do desenrolar do processo. (TAVARES, 1966, p.33)

Observa-se que o autor expressa na fragmentação acima que qualquer manifestação popular ou partidária naquela época era considerada uma ação revolucionária e controlada pelos militares, a própria assistência social se burocratizou com regras, normas e critérios de atendimento à população excluída.

Em 1988, a história do Brasil ganha um novo segmento: a Constituição Federal, transformando positivamente a vida dos brasileiros, era o início de um novo tempo. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, assim afirma Eros Roberto Grau:

> A Constituição estrutura um regime democrático consubstanciando esses objetivos de igualização por via dos direitos sociais e da universalização de prestação sociais (seguridade, saúde, previdência e assistência social, educação e cultura). A democratização destas prestações, (...), constitui fundamento do Estado Democrático de Direito, instituído no art. 1º. (GRAU, 1985, p.83)

Observa-se que o autor partiu como referência tendo como objetivo ressaltar sobre a garantia dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais que desde os anos anteriores haviam sido suspensos pelos governos no período da ditadura, ficando conhecida popularmente como Constituição Cidadã, e tornando-se a sétima constituição na história do Brasil, foi elaborada por 558 constituintes durante um período de 20 meses, recebeu algumas críticas em sua elaboração por conter um extenso número de artigos.

Nesse contexto, a Proteção Social ficou reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, mas seria impossível sem a participação popular, o Estado determina que aqueles que não contribuíam para a previdência também têm direito à Proteção Social. A Assistência Social passa a ser um direito na vida dos brasileiros, passando a se constituir como Política Pública, inserida na categoria de Seguridade Social juntamente com a Política de Saúde e da Previdência Social, conforme o art. 203 da Constituição Federal de 1988:

> Art. 203. A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a promoção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988, p.122)

Esta nova instância passou a ser um marco para a vida dos brasileiros, e um progresso que eles mesmos conquistaram com muita luta, através de movimentos sociais, bem como, a garantia de direitos institucionalizados, pois esse era um avanço significativo para a população necessitada. O povo lutaria pela garantia de direitos sociais, pois após sair de um período de Ditadura acreditavam que esse era um momento de luta para conquistar aquilo que sonhavam a muito tempo, pois queriam ver concretamente a preservação desses direitos à serem executados.

A Seguridade Social na Constituição Federal de 1988 "compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência Social e à Assistência Social". (BRASIL 1988. P. 02)

Por meio desse Tripé de Seguridade Social, a mesma é considerada como universal, uniforme e equivalente para a sociedade, com caráter democrático e descentralizado, compreendendo que a saúde é universal, a Previdência Social para quem contribui e a Assistência Social para quem dela necessita. (BRASIL, 1988)

Até aqui vimos várias conquistas, como também algumas falhas no que diz respeito à trajetória da política da Assistência Social, porém, existe uma lei que até hoje decreta todas as instituições, bem como o trabalho dos profissionais da área. Estamos nos referindo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, foi criada com o objetivo de garantir uma política de proteção a quem necessita, esta nova ordem que regulamentou os artigos da Constituição Federal de 1988, que trataram da Assistência Social, garantindo o modelo de gestão e de controle social de forma descentralizada e participativa. (BRASIL, 1993)

Portanto, a LOAS é uma lei que surgiu para regulamentar a Política de Assistência Social, e assim a mesma tem o dever de amparar aquelas pessoas que vivem a margem da miséria, sem renda para prover o sustento familiar e também para prestar assistência aos

usuários que necessitam de benefícios e serviços socioassistenciais, como por exemplo: o Benefício de Prestação Continuada e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

A Assistência Social passa a ser entendida como instrumento de reivindicação de proteção social pública, objetivando o combate à pobreza absoluta, à desigualdade e à exclusão social. Como pode ser observado no artigo 1º da LOAS, que preconiza:

> Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993, p. 06)

Nessa atual conjuntura, a LOAS especifica e distingue a Assistência Social das demais políticas, pois se trata de pessoas com um alto índice de vulnerabilidades sociais que dependem de uma contribuição desta política para a melhoria da condição de vida enquanto cidadãos de direitos.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993), como órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social (atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período. (BRASIL, 1993)

Compreende-se que o CNAS está à frente do processo de viabilização do controle social do Sistema Único de Assistência Social, tendo como principais competências aprovar a política pública de assistência social, normatizar e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada, zelar pela efetivação do SUAS, apreciar e aprovar propostas orçamentárias, entre outras. Já o Distrito Federal, os estados e os municípios instituíram seus próprios conselhos, leis, políticas e ações de assistência social, almejando efetivamente articular o controle social pleno sobre a gestão da assistência social brasileira, em seu modelo descentralizado e participativo, consolidado no SUAS.

Já em 1998, foi aprovado o primeiro texto para a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional, que definiram as regras para o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para estados, distrito federal e municípios. O ano de 2005 foi de significativa importância para a política de Assistência Social, como também para a

implantação do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, pois depois de dez anos de regulamentação da LOAS, o novo texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), definiu as bases para a implantação do novo modelo de gestão. (BRASIL, 1998)

Nesse mesmo ano, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), aprovou a Norma Operacional Básica, conhecida como NOB/SUAS, reafirmando o pacto federativo, e começou a elaborar o novo modelo socioassistencial no país. O trabalho no SUAS deve privilegiar a escuta do público alvo dessa política, buscando compreender as experiências, com o objetivo de "[...] propiciar a construção de uma consciência crítica, possibilitando ao indivíduo ou grupo a reflexão, a socialização no cotidiano e a intervenção política nas relações locais e em outras instâncias" (COLIN; SILVEIRA, 2007, p. 160).

Compreende-se que o SUAS organizou suas ações a partir das responsabilidades de cada ente federado na gestão e no financiamento, sem sofrer interferência federal, mas sendo acompanhados de perto. Ao Estado cabe oferecer e garantir a proteção social, e ao usuário o direito de acessar benefícios e serviços.

A organização do SUAS se deu a partir de dois eixos estruturantes: Benefícios e Serviços. Como exemplo de benefícios assistenciais pode-se citar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e o Programa Bolsa Família (PBF). Um dos mais importantes benefícios, sendo um dos mais consultados nos equipamentos de Assistência Social nos dias de hoje, é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), fruto da emenda popular, ao ser regulamentado representou uma conquista das pessoas idosas e com deficiência que passaram a ter direito à renda. Vale salientar que as mudanças provocadas pela organização do SUAS na Assistência Social serviram para que os usuários fossem melhor atendidos, sendo assim, os serviços de caráter continuado, passaram a ser ofertados nos equipamentos públicos ou pela rede socioassistencial do SUAS. (BRASIL, 2009)

Neste sentido, a Lei nº 12.435/2011, conhecida como Lei do SUAS, promulgada pela Presidenta Dilma Rousseff em 6 de julho de 2011, ratifica as conquistas alcançadas pela política de Assistência Social nesses últimos sete anos e aponta novos desafios para a consolidação do SUAS, cabendo ao CNAS debater, acompanhar e regulamentar essas alterações. (BRASIL, 2011)

Contudo, o CNAS aprovou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, organizando os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade instituídos pela Política Nacional de Assistência Social, sendo assim esta normativa afirma o seguinte:

> A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma importante conquista para a assistência social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial (BRASIL, 2009, p.4).

Desta forma, especifica-se de forma concisa como este atua para reorganizar os serviços anteriormente citados com o objetivo de possibilitar a padronização em todo seu território de abrangência e ofertando estes serviços para uma melhor assistência e para favorecer o entendimento e participação dos usuários.

Nesse sentido, contextualizando a política da Assistência Social, desde a sua origem até os dias atuais, conclui-se que foi a partir da aprovação e implementação da Constituição Federal de 1988 que concretamente foi explicito um novo modelo de promoção e proteção social a todos os brasileiros. Esse marco foi de suma importância, pois trouxe consigo benefícios para a assistência social, universalizando os direitos da mesma em benefícios para os usuários que dela necessite.

1.2. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: CONTRIBUIÇÃO PARA A VIDA DO IDOSO POR MEIO DO SCFV E PAIF

Como já foi citado e argumentado no item anterior, a política de Assistência Social passou por uma longa trajetória para se desenvolver e transformar-se no que é hoje, porém, só a partir da Constituição Federal de 1988 é que ela se constitui enquanto dever do Estado e direito do cidadão e se torna política social pública. Entretanto, tais conquistas não impediram a mudança de diretriz que o Estado redemocratizado vivenciava já no início dos anos 90, configurando-se a partir das reformas neoliberais, como um Estado forte para o mercado e mínimo para as áreas sociais.

Por sua vez, pode-se entender que a política de assistência social teve um avanço significativo apesar de sempre ter enfrentado vários obstáculos, porém, nos dias atuais a mesma ainda implica em estar em um constante equilíbrio entre os equipamentos e o profissional que executa os serviços, sempre se atualizando no atual contexto brasileiro e propondo estratégias e articulações para desenvolver atividades e atender de forma qualitativa os seus usuários.

Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS caracterizou-se como uma lei que daria suporte para uma política não contributiva responsável por prover os mínimos sociais àqueles que dela necessitar, participativa e descentralizada, definindo ainda benefícios, serviços, programas e projetos. Em 2005 foi institucionalizada a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS); a Política Nacional de Assistência Social – PNAS que instituiu o Sistema Único de Assistência Social, provedor da Proteção Social como conjunto de ações socioassistenciais integradas; a NOB/RH; a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais/2009, a NOB/SUAS de 2012 e a própria atualização da LOAS, que se tornou responsável por aperfeiçoar os conceitos e dar forma ao Sistema Único de Assistência Social. (PEREIRA, 2009)

É nesse contexto, que nasce a Proteção Social Básica, subsidiada pelo SUAS e obtendo como público alvo indivíduos e suas famílias situados naquele território onde o serviço irá atuar, no qual se localiza maiores situações de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, baixo acesso a serviços e com fragilização dos vínculos afetivos. Conforme a PNAS (BRASIL, 2004), ela deve garantir três tipos de seguranças aos seus usuários: 1- segurança de sobrevivência (renda e autonomia); 2- segurança de acolhida e 3- segurança de convívio familiar.

A proteção social básica, para família que não tiveram seus direitos violados, mas que por alguma razão se encontre vulnerável, tendo como objetivo a proteção, promoção e prevenção, que ficou por conta do equipamento CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), regido no serviço PAIF (Programa de Atenção Integrada a Família), no centro de convivência para idoso - CRI - (Centro de Referência do Idoso), CADÚNICO, BENEFICIOS ENVENTUAIS atende indivíduos de porte de baixa complexidade. (SIMOES, 2009, p. 313)

Até aqui vimos que este serviço oferece diversas formas de proteção social que vai atender as demandas dos usuários com qualidade e eficiência, porém, é necessário que o equipamento tenha um espaço físico conveniente, principalmente competências profissionais humanas e recursos materiais necessários para que a rede sócioassistencial se articule no território de abrangência.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, o SUAS subdividiu-se em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, onde a especial abrange casos de Média e Alta Complexidade, ou seja, casos de usuários que tiveram direitos violados. (SIMOES, 2009). Contudo, aqui não se objetiva discursar sobre a proteção especial, mas ressalta-se para entender o sistema de operacionalização de como cada uma impõem suas competências e atribuições a elas destinadas.

É necessário diferenciar a Proteção Social e a Proteção Social Básica, pois há uma denominação conceitual para ambas. Desta forma, a Proteção Social era desempenhada pela família, igreja e sociedade, como uma forma de ajuda pública. Contudo, posteriormente, o Estado assumiu a responsabilidade pela gestão das políticas sociais.

Mioto (2008) identifica a proteção social em duas esferas: privada e pública. A primeira correspondendo àquela exercida pelo mercado, família, igreja e filantropia; a segunda, pelo Estado. Para a autora, "[...] a assunção do Estado como elemento-chave na garantia da proteção social em nenhum momento significou o abandono das antigas formas de proteção social" (MIOTO, 2008, p. 134).

Para entendermos sobre o que é a Proteção Social Básica, para que ela serve, e quais as contribuições que ela pode proporcionar devemos buscar uma interlocução que este possui com os demais serviços da rede sócio-assistencial que são executados de forma direta no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, pois só assim pode-se entender qual sua finalidade para alcançar objetivos que possam prevenir determinadas situações, seja no âmbito institucional ou no acompanhamento individual e familiar. Seguindo esta ordem de reflexão, a autora Maria Lúcia M, Afonso nos explica com mais clareza:

> O CRAS vai desenvolver a chamada "proteção social básica" que objetiva o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a superação de vulnerabilidades que decorrem da pobreza, da exclusão e da violência social. Atuam na comunidade, com as famílias onde os vínculos estão preservados. Promovem, articulam e/ou executam o trabalho com famílias da comunidade que estão inseridas em programas diversos, como transferência de renda, socialização de crianças e adolescentes, grupos de convivência para idosos, entre outros (AFONSO, 2006, p. 172).

Esta, tem a finalidade de prevenir situações para que não cheguem ao risco de alta complexidade, por meio da ampliação de potencialidades e aquisições, fortalecendo os vínculos através de grupos de convivência e acompanhamento de indivíduos, bem como de sua família. E assim os serviços, programas e projetos ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social- SUAS ganham sua prática na efetivação e garantia de direitos da população referente.

A Assistência Social passou a ter como parâmetros de atuação os Centros de Referências da Assistência Social, os CRAS, e os Centros de Referência Especializado da Assistência Social, os CREAS. Nesses espaços e equipamentos públicos, as famílias passaram a ter a garantia de acesso à política pública de Assistência Social, como direito à convivência

familiar e comunitária. Portanto como principal equipamento da Proteção Social Básica vale salientar que o CRAS:

> É uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada a sua capilaridade nos territórios se caracteriza como principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (BRASIL, 2009, p.9)

A Proteção Social Básica sendo ofertada por meio do CRAS é um importante dever do Estado como direito aos usuários e como parte integrante da política da Assistência Social, pois de acordo com a Lei nº 12.435/2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, destaca que o Centro de Referência da Assistência Social é uma unidade responsável pela oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social, pois é a principal porta de entrada para os serviços do SUAS, possibilitando o acesso a um grande número de famílias à proteção social de assistência social, sendo uma significativa discussão a ser debatida nos dias atuais onde o social ainda é pouco conhecido.

O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica; esta última função demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades de rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS. (MDS, 2009, p. 10)

Há também o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizado em grupos com a finalidade de promover o fortalecimento de vínculos comunitários e de pertencimento, de acordo com os ciclos de vida. “Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária” (BRASIL, 2009, p.9), devendo estar articulado ao PAIF.

O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas "tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários" (BRASIL, 2009, p.16). Objetiva garantir direitos, gerar a inclusão social, equiparar oportunidades, promover a participação e o desenvolvimento da autonomia de pessoas idosas e com deficiência. Assim, "[...] o serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas [...]" (IBIDEM, p.16).

Deste modo, é possível reconhecer que os serviços da proteção básica visam atendimento à família, como também a indivíduos, em uma perspectiva geracional na tentativa de fortalecer os seus vínculos, entre os seus membros ou deles com a comunidade.

É nesse espaço que o idoso adentra, buscando melhorias psicológicas, físicas e tantas outras, e é nesse espaço que ele encontra uma base que o faça compreender e refletir sobre uma vida melhor, conhecendo seus direitos, estando sempre informatizado sobre diversos e determinados assuntos que se discute na sociedade contemporânea, e é através desta ideologia que o idoso participa dos grupos de convivência e dos serviços à que lhe é assegurado enquanto cidadão.

A Política Nacional do Idoso (PNI), no art. 10, do seu capítulo IV (Das Ações Governamentais), define como responsabilidade e competência na área de promoção e assistência social:

> a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais; b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros; c) promover simpósios, seminários e encontros específicos; d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso; e) promover a capacitação de recursos para atendimento ao idoso. (Brasília, Reimp. 2010, p. 09,10)

A PNI é uma política que tem por objetivo subsidiar os direitos do Idoso no Brasil, e no cenário contemporâneo, essa realidade é presenciada pelas ações governamentais existentes, e nós enquanto cidadãos de direito temos o dever de preservar tal legislação e defende-la, pois temos um futuro á frente e diversos obstáculos ao chegar à velhice.

Os Grupos de Convivência consistem no fortalecimento de atividades associativas, produtivas e promocionais, contribuindo para autonomia, envelhecimento ativo e saudável, prevenção do isolamento social e da socialização. Já o Benefício de Prestação Continuada (BCP) é um benefício de 01 (um) salário mínimo mensal pago às pessoas idosas com 65 (sessenta e cinco) anos, conforme o estabelecido no Art. 34 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 e no Estatuto do Idoso.

Para que esses serviços, benefícios, programas e projetos sejam implementados com qualidade, faz-se necessário uma certa capacitação dos profissionais que trabalham na execução ou formulação dos serviços socioassistenciais, especificamente na Proteção Social Básica. Por várias motivações, é importante destacar a prática realizada no que diz respeito ao trabalho do assistente social, enfatizando sua atuação em diversas áreas. Iamamoto (2006), afirma que o Assistente Social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalho coletivo que forma uma grande equipe de trabalho, sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais.

Como foi mencionado, o Assistente Social não trabalha isoladamente, deve acionar sua atuação juntamente com a equipe referente ao equipamento, pois cabe ao profissional atender as mais diversificadas demandas que a profissão impõe, expressando-se através de questões sociais, e também lutando constantemente pela equidade.

Sobre as demandas do cotidiano, Netto afirma que elas são amplas, difusas, diferenciadas e imediatas, sendo que, algumas vezes, os profissionais acabam por encaminhá-las de forma superficial. É por isto, que os profissionais devem recorrer a outros meios, como a política, a ética, a ciência e mesmo o trabalho para construir sua verdadeira essência (NETTO, 2009).

O profissional precisa se manter em movimentação, pois a sua prática constitui-se por manter-se atualizado, sendo um profissional propositivo e proativo, desta forma, irá conseguir uma melhor relação com o usuário, estabelecendo respostas às suas problemáticas, buscando meios de intervenção como o conhecimento sobre determinado caso, bem como, independentemente da situação encaminhando-o a outros equipamentos ou outras áreas profissionais. Desta forma, que o profissional poderá contribuir para que o usuário possa receber avanços para que sua vida possa melhorar mais e mais a cada dia vivenciado e acompanhado pelo Assistente Social, por essa razão é de extrema importância destacar a importância do trabalho do profissional dentro do serviço.

Por fim, a Proteção Social Básica deve ser entendida como um conjunto de ações e serviços que visem produzir impactos na realidade social de forma a proteger, promover e prevenir os seus usuários e aqueles que estão incluídos no seu grupo de relações, de modo a evitar a fragilização e rompimento de seus vínculos. Para isso, é necessário que as práticas profissionais estejam alinhadas à tal sistema estrutural e social, como também com à parcialidade de seus usuários.

1.3. A IMPORTÂNCIA DA LEGISLAÇÃO DO IDOSO: MECANISMO DE PROTEÇÃO SOCIAL

Consideravelmente, as questões relacionadas ao que diz respeito à pessoa idosa no Brasil estão cada vez mais presentes na realidade social do país, pois vemos a necessidade de uma atenção mais especializada sobre as contestações envolvidas, sendo que, grande parte da população existente são pessoas idosas, que buscam e tem como pressuposto a garantia de direitos e a efetivação dos mesmos. Todavia, demorou um certo período para que fossem instituídas políticas sociais voltadas para o idoso, que durante muito tempo sofria calado e se tornava invisível perante a sociedade egoísta e refém de um sistema capitalista.

Para Beauvoir (1990), somente após muitas décadas, o Brasil começou a tomar medidas para compensar a situação de descaso com a população idosa. O tempo ia passando e o Brasil não reconhecia que sua população estava envelhecendo e que diante da atual situação medidas imediatas deveriam ser tomadas para resolver os descasos que estavam acontecendo com o público idoso.

Foi no início da década de 1960 que foi instituído no Brasil o Conselho Nacional do Idoso (CNI), cujo objetivo era ampliar a participação e o controle por intermédio da rede nacional dos órgãos colegiados no âmbito regional, estadual, municipal e territorial fortalecendo o atendimento dos direitos do idoso, e em seguida tinha como finalidade elaborar diretrizes para implementar a futura Política Nacional do Idoso – PNI. (PAZ, 2001)

Posto isso no Brasil as duas principais legislações que defendem e garantem os direitos da pessoa idosa são a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, essas duas legislações correspondem a maior gama de direitos direcionados a essa população, sendo assim é de suma importância esta discussão.

Apesar da inserção sobre as questões do envelhecimento na Constituição Federal de 1988, somente em 1994 foi instituída uma política nacional voltada especificamente para os

Idosos: A Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, data de 4 de janeiro de 1994, tem como principal objetivo assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, dando condições a promoção de sua autonomia, integração e participação na sociedade.

A PNI é uma legislação com vistas não tão somente a questão dos direitos sociais inerentes a qualquer idoso, mas com um cunho bem mais participativo desse público na vida social, defendendo a sua autonomia como sujeito, sua integração social e sua participação nas ações decisórias da sociedade. Tal política é conduzida pelos seguintes princípios, que dão ênfase ao seu papel de sujeito social, citados no seu Capítulo II (Dos Princípios e Diretrizes), art. 3° onde afirma que a política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

> I – A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; II – O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; III – O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; IV – O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas por meio desta política; V – As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei (BRASIL, 1994, p. 06).

Na tentativa de uma melhor proteção social os idosos buscavam a efetivação de seus direitos, uma política orientada por padrões de universalidade e justiça capaz de devolver à dignidade, a autonomia, a liberdade da população que se encontrava em situações de exclusão.

O Estatuto do Idoso, sendo um avanço sócio jurídico de grande relevância na defesa de tais direitos, foi criado pela Lei nº 10.741, sancionada em primeiro de outubro de 2003, posta em vigor no ano de 2004, com o objetivo de garantir dignidade ao idoso foi legitimada pelo Presidente da República em 1º de outubro, data em que se comemora o Dia Internacional do Idoso.

Em linhas gerais, no Estatuto do Idoso são garantidos aos cidadãos idosos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, que são: a vida, a saúde, a alimentação, a educação, a cultura, o esporte, o lazer, o trabalho, a cidadania, a liberdade, a dignidade, o respeito e a convivência familiar e comunitária. Esses direitos também são contemplados pela Constituição Federal de 1988. Quanto ao direito ao respeito, o próprio Estatuto dá a sua definição, referindo que “consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral,

abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais". (BRASIL, 2017, p. 10 a 14)

Esta importantíssima legislação garante á pessoa idosa não só a efetivação de seus direitos, mas também o direito á uma vida digna, com uma interação de qualidade de vida existente, sendo assim, é necessário a preservação deste conjunto de leis que vai subsidiar o estatuto vigente.

O Estatuto do Idoso rege que se "o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento no âmbito da assistência social". A melhor forma de prover o sustento do idoso é garantindo que ele não dependa de outra pessoa para uma atividade tão elementar como a alimentação, por exemplo, isto é, que ele tenha renda suficiente para viver dignamente:

> No artigo 3º, dispõe sobre as obrigações familiares e sociais com relação ao idoso. Afirma que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Estado assegurar à pessoa idosa a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (GOMES; 2009, p. 19)

Assegura-se com a intenção de modificar as condições postas aos idosos colocando-os como sujeitos de direitos, em consonância com outras leis que regulamentam os direitos destinados a pequena parcela da população, aqueles que se caracterizam como não rentáveis, permitindo-lhes os direitos políticos, sociais e outros.

Na atual sociedade capitalista a abordagem sobre o tema envelhecer, e tudo o mais que o envolve inclui necessariamente e principalmente uma análise dos aspectos sociais e culturais relativos a estigmas, valores e sistemas que carregam uma simbologia que traçam a história das sociedades e suas representações sociais, portanto envelhecer faz parte do processo humano como algo inevitável. É o que nos afirma Braga:

> Cada existência humana é única, cada homem envelhece de maneira particular. Uns saudáveis, outros não. Não há velhice e sim velhices. O envelhecimento deve ser considerado um processo tipicamente individual, existencial e subjetivo, cujas consequências ocorrem de forma diversa em cada sujeito. Cada indivíduo tem um tempo próprio para se sentir velho (BRAGA, 2011, p. 3)

O papel do idoso representado em nossa sociedade é de uma figura patriarcal de já ter vivido e ter passado por experiências significativas e históricas em sua vida cotidiana. Isso quer dizer que o idoso se encontra num estado de incapacidade para realizar atividades pesadas e de grande responsabilidade, sendo assim, reflete-se que é na velhice que a pessoa tem o direito ao descanso; uma aposentadoria digna de sustentar a si, um direito que o mesmo tem de receber, pois durante uma vida toda o indivíduo luta por uma vida digna e de sustentabilidade.

Sendo assim, diante de todas essas conquistas realizadas ao longo do tempo, ainda existem questões que afetam financeiramente ás pessoas idosas, pois o valor de uma renda mínima para a situação do idoso é de pouco alcance para tamanha necessidade daqueles que estão abaixo da linha de pobreza, pois são tantas as suas demandas básicas que o benefício pouco contribui para a construção de uma cidadania, sendo assim se torna difícil ter uma vida digna, principalmente com a diminuição de Políticas por conta do sistema Neoliberal.

> Aposentadoria significa uma espécie de atestado oficial de envelhecimento do sujeito, um símbolo do ritual de passagem que vai estigmatizá-lo como um ‘‘inativo’’ e decretar, em última análise, sua velhice como agente produtivo e por extensão, sua velhice também como ator social. (JORDÃO NETTO 1997, p. 65)

Essas diminuições de benefícios vêm provocando a escassez das políticas voltadas para a cidadania e emancipação do idoso, pois aqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza possuem necessidades básicas que não podem serem atendidas através de um salário mínimo e que não garantem que essas pessoas passem a ter direito a uma velhice digna e tranquila pois é insuficiente, por isso a importância do funcionamento eficiente das demais políticas de direito.

Beauvoir (1970) no livro intitulado “A velhice” descreve as condições de vida do idoso em diversas culturas, das primitivas as contemporâneas. Falando sobre o velho mediantes contextos históricos, afirmando que este como categoria social, este nunca interveio no percurso da história. A partir do momento que se perde a capacidade de produção, a pessoa idosa passa a se tornar simplesmente um objeto sem utilidade para a sociedade, transformando-o em um encargo, impostos pelos mais jovens. Torna-se importante apontar que o envelhecimento por ser um fato biológico e cultural, deve ser analisado sob uma visão histórica e socialmente contextualizada. A forma como a velhice é tratada

dependerá dos valores e da cultura de cada sociedade em particular, a partir dos quais a sociedade construirá sua visão dessa última etapa da vida.

Sendo a sociedade a principal responsável por manter essa ideologia que o indivíduo se torna "inválido" para o mercado de trabalho quando se chega à terceira idade, é necessário aprofundar essa discussão e ao menos tentar mudar tal fato que pode se tornar um certo empecilho para essas pessoas, informatizando sobre serviços e instituições que podem adentrar para obter uma melhor qualidade de vida, como também, assegurando seus direitos como cidadãos. É o que nos afirma Bolsanello (1986):

> Falar de envelhecimento é discorrer sobre a idéia de vida, uma vez que envelhecemos a partir de nosso nascimento, sendo este um curso natural da nossa vida. Todos nos envelhecemos, com ou sem atividades, independentemente da idade, contudo, não devemos esquecer a necessidade de qualidade de vida nesse contexto. (BOLSANELLO, 1986, p.762).

A criticidade que a sociedade inflige dentro desses estereótipos em que ideologicamente o idoso faz parte de um processo de exclusão faz com que o mesmo se isole e consequentemente desenvolva um certo afastamento da sociedade como também de si mesmo e mais a frente até desenvolver doenças psicológicas, sendo assim faz-se necessário que essas pessoas frequentem novos lugares, conheçam novas pessoas e busquem uma melhor qualidade de vida, pois pode-se considerar a velhice como a idade da sabedoria, onde se juntam todas as experiências da vida e tornam-se mais sábios e felizes.

CAPÍTULO II - VIVER MAIS, VIVER MELHOR: OS DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO E OS SUBSIDIOS PARA A EMANCIPAÇÃO DO IDOSO EM SEU CONVÍVIO SOCIAL E FAMILIAR

"Não importa se a estação do ano muda, se o século vira, se o milênio é outro, se a idade aumenta... Conserva a vontade de viver, não se chega a parte alguma sem ela!"

(Fernando Pessoa)

No primeiro momento, este capítulo vem tratar de um dos serviços mais importantes da Proteção Social Básica, sendo o principal inserido na política de Assistência Social, estamos falando do PAIF. Sendo assim, pretendeu-se trazer um melhor entendimento sobre o

assunto articulando o mesmo serviço com especificidades e atuação diante dos Grupos de Convivência que o mesmo desenvolve juntamente com o SCFV.

Diante disso, inicialmente faz-se necessário uma discussão mais aprofundada de como se desenvolve algumas atividades e ações que irão intervir na vida do usuário e o proporcionar uma melhor qualidade de vida, em seguida é de extrema significação enfatizar os aspectos de fragilidade da pessoa idosa e como o PAIF irá intervir para contribuir e intervir para que essa realidade seja modificada, tanto com ações particularizadas, como também com ações comunitárias.

E por fim, o papel do idoso na sociedade capitalista contemporânea é uma discussão que adentra na atualidade e que vem chamando muito atenção no que diz respeito aos estereótipos que a sociedade impõe quando a pessoa chega á tão conhecida "melhor idade", ressaltando também a condição de uma pessoa com mais de sessenta anos ser tratada diferenciadamente por condições sociais e econômicas, ou seja, ser velho e pobre.

2.1 GRUPO DE CONVIVÊNCIA: FONTE DE RESILIÊNCIA, BEM-ESTAR E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

Será que o que impulsiona os idosos a frequentar os Grupos de Convivência significa uma forma de superar suas fragilidades em busca de um convívio com particularidades de pessoas com o mesmo conjunto de ideias e experiências que o fazem se sentir melhor? Qual a importância desses encontros e quais os impactos que esta participação ocasiona na vida destas pessoas?

De início, é interessante destacar a importância do PAIF, pois se encontra inserido dentro da Proteção Social Básica no âmbito do acompanhamento individual e coletivo que a mesma tem com a vida dos usuários, e também atua na porta de entrada da política de Assistência Social, o CRAS, por ser responsável por promover a promoção, prevenção e proteção para que os vínculos familiares não sejam violados, proporcionando-os numa primeira instância o fortalecimento destes mesmos vínculos através de seus serviços de atendimento no devido equipamento assistencial sendo o PAIF o principal serviço referido neste cenário, e o primeiro *nível* de proteção social no SUAS. [1]

[1] Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, as ofertas da PSB são organizadas por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que é uma unidade pública estatal descentralizada, de base territorial e gestão municipal e do Distrito Federal, com duas funções exclusivas: gestão territorial da rede socioassistencial local e a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família-PAIF. (BRASIL, 2017, p. 20)

Primordialmente, é relevante especificar os indivíduos que estão inseridos no grupo de convivência devidamente acompanhados pelo PAIF, e os indivíduos que não possuem o mesmo interesse em procurar este tipo de acompanhamento no que se refere aos grupos de convivência desenvolvidos pelo mesmo serviço, há uma diferenciação, pois os vínculos sociais encontram-se fragilizados, devido ao processo de envelhecimento, e essas tais fragilidades que os mesmos apresentam ao adentrar no equipamento são vencidas ao obterem um melhor convívio. Sendo assim, considera-se segundo a autora que:

> A sensação de pertencimento, de fazer parte de um grupo, é fundamental para a pessoa idosa, como é, aliás, para qualquer uma. Mas, no idoso, essa necessidade pode se acentuar em face da exclusão que gradualmente passa a acompanhar seu processo de envelhecimento. (DAL RIO, 2009, p. 37)

Portanto, uma das alternativas de espaço institucionalizado onde os idosos podem desenvolver-se, socializar com outras pessoas, além de contribuir com a autoestima e melhoria da qualidade de vida, pelo sentimento de pertencimento, não apenas ao grupo, mas também, a sociedade é promovidos por grupos de convivência, pois o significado que isto causa para as pessoas idosas representa sua autonomia, fortalecer os vínculos entre os participantes, como também seu convívio familiar e social.

Para que vínculos familiares não venham a ser violados e para promover acesso aos direitos em busca de melhorar as condições de vida do usuário, o PAIF tem o papel de trabalhar de forma preventiva atuando antecipadamente as possibilidades e as várias vulnerabilidades de riscos sociais as quais as famílias podem ser inseridas, sendo assim, as Ações Comunitárias são imprescindíveis para o acompanhamento desses indivíduos:

> Nessa direção, as ações comunitárias assumem importante papel na prevenção das potenciais situações de vulnerabilidade e riscos sociais que podem incidir no território, devido ao seu papel na divulgação e promoção do acesso a direitos, por sensibilizar as famílias do território, fazendo-as reconhecer suas condições de vida, suas possibilidades de mudança, as iniciativas já existentes para sua melhoria e a existência de recursos naturais, culturais e econômicos. (BRASIL, 2012, p.37)

O que se entende é que essas ações definem-se por atuarem com uma junção de famílias que passam pela mesma situação e nessa junção o PAIF constrói coletivamente atividades, desenvolvendo atividades de uma forma mais ampla. Desta forma pela existência

do SCFV, um serviço que é complementar á execução que é feita dentro do PAIF, os grupos de convivência não podem deixar de acontecer.

Utiliza-se como estratégia a formação de pequenos grupos de acolhida para: a) repasse de informações gerais sobre o Serviço; b) escuta das demandas gerais das famílias; c) compreensão dos impactos do território sobre tais demandas, e d) publicização e discussão de assuntos de interesse de um grande número de famílias ou da comunidade. (BRASIL, 2012, p.21)

Por conseguinte, uma das técnicas utilizadas nos encontros do grupo de convivência são as dinâmicas interventivas principalmente com idosos, pois compartilhar abertamente sentimentos auxiliando no processo de vínculo e amizade é imprescindível. Com o objetivo de compartilhar os sentimentos estabelecidos e vinculados no convívio dos idosos participantes do grupo, é preciso fortalecer o vínculo de amizade existente entre eles, fazendo com que se expressem sobre os sentimentos que sentem um pelo outro e refletirem sobre a importância da amizade na vida. Segundo o Art. 23, do Estatuto do Idoso, 2013:

> Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais. (BRASIL, 2013, p.18)

É significativo destacar a importância desse tipo de atividade para proporcionar lazer e cultura na vida das pessoas na melhor idade, pois é nesse período de tempo que os sentimentos costumam estar sensíveis, buscam-se incentivos da família para ajudar, mas a palavra amiga também pode ser efetuada diante de tais atitudes.

A importância dessas atividades reflete á felicidade que os idosos possuem no ato da brincadeira mostraram-se participativos e prestativos, e é na reflexão que eles poderão aprender e ir para suas residências com uma boa auto-estima, e sempre trazer mais um para participar do grupo, para não deixar que o grupo fique escasso e sem integrantes.

Consideravelmente salienta-se a importância da presença de idosos nas instituições públicas que tem o direito de assegurar melhor assistência ao mesmo, é a partir deste autoconhecimento de si próprio que estes desenvolvem a autoconfiança, a liberdade de expressão e não menos importante, a liberdade de conviver e relacionar-se socialmente, mostrando tamanha participação e dedicando uma parte do seu tempo para se fazer presente na instituição, participando com muito envolvimento em tudo que é posto, além disso, na maioria das vezes mostram-se muito participativos.

> Os membros de um grupo etário, embora tenham passado por experiências sociais e históricas especificas durante o mesmo estágio de suas vidas, formam um grupo muito heterogêneo. (...) há muitos fatores relacionados à experiência e às oportunidades que tiveram na vida, que podem influenciar os valores em relação ao lazer, às crenças, às atitudes, aos desejos e às necessidades. (MCPHERSON, 2000, p.230)

É importante a discussão sobre assuntos como esse para tratar de uma boa convivência entre as pessoas frequentastes do grupo, como forma de fortalecer ainda mais os vínculos estabelecidos e para a reflexão dos mesmos, bem como, ressalta-se a importância em enfatizar temas de reflexão que proporcione à eles conhecimento através dessas informações repassadas.

Outro ponto a se falar, sendo o mais importante nesse processo de diálogo e discussão sobre esta temática do próprio idoso se reconhecer enquanto pessoa pertencente ao meio social são os treinos de memória, pois atuam para a promoção da saúde, na medida em que favorecem sua inserção na sociedade, interação, compartilhamento de queixas, estratégias de superação, estímulo à autoconfiança e auto-estima, reduzem o isolamento social e os sentimentos de ansiedade e depressão, entre outros.

Atualmente muitas pessoas ainda tem uma visão mistificada da terceira idade, com a ideia de que com o avançar da idade, os idosos diminuem suas redes de relações sociais, tornando-se menos satisfeitos com a vida. Embora muitos pensem que envelhecer significa deixar de desenvolver-se, adoecer e afastar-se de tudo, na verdade, existem possibilidades da pessoa continuar ativa e de manter uma boa qualidade de vida.

Enxergamos hoje um movimento muito forte com relação aos espaços dedicados à terceira idade: Centros Dia, Centros de Convivência, Centros de Referência, Universidades da Terceira Idade, entre outros. Estes espaços promovem atividades em grupo direcionadas aos idosos, com diferentes objetivos cada uma. Porém, a interação promovida nas atividades gera um retorno extremamente significativo a cada um dos participantes. A interação social gerada entre os idosos desenvolve o senso de bem-estar nos mesmos, assim como a melhora no funcionamento físico.

A vida social do idoso não se resume apenas a participação dele nos grupos de terceira idade, mas também à boa relação com sua família, o envolvimento em grupos de sua comunidade, como um grupo religioso, por exemplo. Vale lembrar, que a qualidade dos contatos sociais é mais importante do que a quantidade. A capacidade de interação social varia de pessoa para pessoa, por isso não significa que aquele que tenha menos contatos possua uma qualidade de vida pior do que aquele que possui mais contatos.

As relações sociais também promovem o bem-estar mental na velhice. A ausência de convívio social pode causar severos efeitos negativos na capacidade cognitiva geral, além de depressão. As pessoas que estão em contato com as outras podem ser mais inclinadas a ter hábitos saudáveis, a ajuda dada ou recebida contribui para o aumento de um sentido de controle pessoal, tendo uma influência positiva no bem-estar psicológico de cada um.[2]

Similarmente, com o intuito de fortalecer o vínculo de amizade que há entre os idosos certas atividades podem ser muito proveitosas e os tirar do comodismo diário, é o caso da dança, desta forma, o tipo de música mais escolhido entre eles é o forró pé de serra, fazendo com que alguns deles fiquem animados e ansiosos, porém outros visam a permanecerem em seus devidos lugares, quietos.

Destaca-se a importância de serviços como o PAIF para o fortalecimento de vínculos familiares por meio de grupos, e os resultados que os grupos trazem para a vida particular e o psicológico das pessoas são positivamente influenciados para os usuários sempre convidarem mais um a cada encontro. (BRASIL, 2012)

Principalmente, para as pessoas idosas que se submetem a ter uma certa carência afetiva e se submetem a obter conexão com o Assistente Social, sinal que este profissional tem responsabilidade e presença em seu respectivo grupo de convivência, e é esse o principal vínculo que os usuários precisam ter: respeitar o profissional, e o assistente social oferecer o melhor de si para que seus usuários possam sentir um certo conforto na determinada instituição. Destaca-se também que a instituição participativa, ou seja, o CRAS vem exercendo um papel de caráter interativo na vida dos usuários, pois os mesmos se sentem como se fosse sua segunda casa ao frequentarem o equipamento.

2.2. ASPECTOS DE FRAGILIDADE DA PESSOA IDOSA: A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR E SOCIAL POR INTERMÉDIO DO PAIF

Em primeiro lugar, no que diz respeito à transitoriedade que o idoso passa no decorrer de suas fases de vida, o mesmo tende a esbarrar com diversas situações de vivência, incluindo enfermidades, abandono, negligência, entre outros, tendo em vista encontrar aspectos que os levam á fragilização, sendo assim faz-se importante que a pessoa na terceira idade obtenha um

[2] Disponível em: <http://eurofral.com.br/a-importancia-das-relacoes-sociais-na-terceira-idade/>. Acesso em Abril 2019

acompanhamento que o impulsione a vencer estas efemeridades e assegure seus direitos enquanto cidadãos.

Para Anita Liberalesso Neri (2013) a fragilidade é uma das expressões da qualidade de vida, mas ela pode ser dominada com recursos psicológicos ou sociais, que permitirão promover a qualidade de vida necessária para pessoas na idade avançada que muitas vezes se encontram frágeis, precisando sempre de uma especial atenção.

A autora em sua obra intitulada como Fragilidade e Qualidade de Vida na velhice [3]subdivide essas pessoas em duas circunstâncias: as que vivem com uma boa qualidade de vida e as que vivem em má qualidade de vida, pois de um lado o idoso encontra-se com poucas doenças, bom nível de autocuidado, funcionalidade física e mental preservadas, altos níveis de atividades, controle e participação e alto nível de satisfação com a vida. Por outro lado, predomina a inatividade, as incapacidades, sintomas depressivos, baixo nível de participação e de satisfação com a vida.

O envelhecer é um processo normal, e com ele vêm acompanhados muitos desafios, um deles é a qualidade de vida em todas as suas dimensões, que em muitas vezes não há um bom funcionamento das condições existentes, como saúde, funcionalidade física, psicológica e econômica em um processo que envolve a família e a sociedade em um todo, no meio coletivo que há essa socialização é possível possibilitar qualidade de vida ao idoso, nos programas e serviços de atendimento.

O fato é que, além disso, propicia no ambiente familiar um certo aconchego para si e para seus familiares onde se fortalece os vínculos de um envelhecimento saudável, se estendendo ao convívio social, atividade física coletiva, proporcionando assim uma boa adaptação ao meio de convivência faz com que o idoso se sinta mais protegido e o ajuda por meio de contribuições positivas. Assim destaca-se a seguinte ideologia alicerçada a outros autores:

> O paradigma psicológico de qualidade de vida na velhice (ou velhice bem-sucedida) proposto por Baltes e Baltes (1990) baseia-se no metamodelo de seleção, otimização e compensação. Para os autores, envelhecer bem não significa ausência de doença, mas ter boa capacidade de adaptação na presença dos recursos biológicos, psicológicos e sociais disponíveis para cada um. (Neri, 2013, p.19)

[3] A autora em um dos artigos da obra intitulada como Fragilidade e Qualidade de Vida na velhice, onde designa pelo mesmo título do livro onde organizou vários outros empoderados artigos especificamente voltados para o idoso. Disponível em: NERI, Anita Liberalesso (org.). *Fragilidade e Qualidade de Vida na Velhice*. Campinas: Alínea, 2013. p, 16>

Diante dessas condições, percebemos as limitações e superações de cada um nas mudanças ocorridas diariamente, dos recursos biológicos, da capacidade física e da fragilidade que ocasiona a perda progressiva de adaptação do indivíduo, que envolve também a capacidade de percepção e aprendizagem de envolvimento no meio social, portanto, diz o autor que envelhecer bem não significa ausência de doença, mas ter boa capacidade de se adaptar aos recursos existentes, pois a busca por melhores condições aprimora a fragilidade efetiva e demanda um equilíbrio de adaptação entre si e coletivamente.

No âmbito da política de Assistência Social é comum encontrar inesperadamente com o termo "trabalho social com famílias", neste sentido faz-se necessário articular seu conceito ao acompanhamento social e familiar desenvolvido pelo PAIF pois segundo as Orientações Técnicas sobre o PAIF, por dever tem o papel de atender e acompanhar ás famílias de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso aos direitos e a melhoria da qualidade de vida.[4]

Imagem I - PAIF

Fonte: ATIVIDADES E DINÂMICAS PAIF & SCFV, 2018 [5]

O PAIF desenvolve suas atividades através de ações que podem ser particularizadas ou ações Comunitárias, aqui enfatiza-se as ações particularizadas, onde se destaca a acolhida, o encaminhamento, e intervenções que aconteçam em passo á atender aquela demanda especifica da família.

[4]BRASIL. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. 1. Ed. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.
[5]Disponível em: <https://www.google.com/search?q=PAIF&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiy_teX8tziAhVNHbkGHc9uAZsQ_AUIECgB&biw=1366&bih=625#imgrc=y-B8wnWXCRjKrM:>. Acesso abril de 2019

A acolhida pode ser individual ou em grupo, no ponto de vista da acolhida individual, segundo as Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012) "é o processo de acolhida de uma família ou algum de seus membros, de modo particularizado, é o momento no qual o profissional preenche ou atualiza o Prontuário da Família, pode ocorrer no CRAS ou no domicílio da família." Sendo assim, ainda especifica-se e divide-se esta forma de atendimento como Acolhida no CRAS e Acolhida no domicilio:

> Refere-se ao processo de acolhida que ocorre no espaço físico do CRAS. Para a acolhida no CRAS é preciso garantir locais adequados, configurados para assegurar o bem-estar das famílias, ao expor suas demandas e vulnerabilidades, e para resguardar o sigilo das informações, devendo ocorrer, portanto, em uma sala de atendimento. Essa atividade, geralmente, é antecedida pela recepção da família nessa Unidade da rede socioassistencial. (BRASIL, 2012, p. 22)

É nesta perspectiva que a equipe de referência do equipamento precisa atender os usuários de forma qualificada, para que eles sintam-se á vontade para o processo de dialogo através de salas que os permitam compartilhar segredos que muitas vezes podem afetar seus vínculos familiares e por consequência alguns usuários tendem a procurar o CRAS para que se possa encontrar possibilidades de intervenção para atender tais vulnerabilidades. A acolhida no domicílio limita-se por o seguinte:

> Consiste no processo de acolhida de uma família, ou de algum de seus membros, no seu próprio domicílio. Essa forma de acolhida deve ser utilizada em situações específicas, nas quais as famílias não respondem ao convite para comparecer ao CRAS ou vivenciam situações de vulnerabilidade ou risco social e não procuram o Serviço. São exemplos dessas situações: as famílias em descumprimento reiterado de condicionalidades (esse descumprimento pode significar situações de vulnerabilidade ou risco social) ou famílias com crianças, adolescentes ou jovens de até 18 anos com deficiência, beneficiários do BPC e fora da escola. (BRASIL, 2012, p. 22 e 23)

Já a acolhida no domicílio permite que o Assistente Social que irá acompanhar no processo de avaliar as situações de risco da família e/ou do usuário observar se há realmente tipos de violações de direitos, além de enxergar com seu "olhar sensível" vulnerabilidades ali presentes e buscar meios que intervirão para beneficiá-los através de seus direitos.

Uma das medidas implementadas para o acompanhamento social e familiar proporcionado através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral á Família- PAIF são as

visitas domiciliares, pois além dos grupos de convivência, esse acompanhamento é importante para averiguar se o usuário está em situação de vulnerabilidade e quais as possíveis estratégias interventivas que deve atendê-los. Contudo, objetiva-se conhecer as condições do cotidiano do sujeito, no seu ambiente de convivência familiar e comunitária, identificando a realidade exatamente como ela se apresenta. (BRASIL, 2012)

Seguindo por uma mesma racionalidade lógica, é importante destacar também aqui o Encaminhamento, pois presume-se que o encaminhamento deve ser formalizado por meio de algum tipo de documento ou formulário que possa ser entregue ao usuário e/ou enviado para a outra unidade. O documento de encaminhamento deve, no mínimo, identificar a pessoa encaminhada, a unidade de origem, a unidade de destino e o motivo do encaminhamento. Tal documento também deve ter a identificação do profissional que o fez. (BRASIL, 2012)

O desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF pode ocorrer por meio de dois processos distintos, mas complementares: a) as famílias, um ou mais de seus membros, podem ser atendidas pelo PAIF; e b) as famílias podem ser acompanhadas pelo PAIF:

> O atendimento às famílias, ou a alguns de seus membros, refere-se a uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território. Significa a inserção da família, um ou mais de seus membros, em alguma das ações do PAIF: acolhida, ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas com famílias e encaminhamentos. [...] Já o acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar - com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas. (PINHAIS, 2016, p. 34)

Quando buscamos o contato direto com a vida dos sujeitos nos é permitido conhecer de modo mais apurado suas dificuldades, angústias, suas relações intra-familiares, como se estabelece a convivência comunitária, seu modo de vida em sua casa e em sua rotina. No entanto, tal acompanhamento é fundamental para analisar situações de necessidades sociais, psicológicas, físicas, principalmente no caso de doenças, pois mesmo que esse usuário deixe de frequentar a instituição, pois acompanhar significa trabalhar com a família, de forma a trazer a família vulnerabilizada á ganhar autonomia, fortalecer o pertencimento familiar e comunitário.

Segundo Neri (2013), quando se pensa em qualidade de vida, o conceito que imediatamente vem à mente é o de características positivas da vida humana, condições positivas incluem: boa saúde, funcionalidade física e cognitiva, atividade produtiva, capacidade de regulação emocional, bem-estar físico e social e presença de recursos econômicos, ecológicos e sociais compatíveis com as necessidades.

Analisar as condições que a pessoa idosa se encontra, observando seu espaço local, como também sua família é um dos papeis que o PAIF poderá promover para a melhoria da qualidade de vida dos usuários na terceira idade. É de suma importância ações interventivas para proporcionar aos usuários a garantia de seus direitos, encaminhando e orientando através de um profissional (Assistente Social ou Psicólogo) sempre que for necessário, como também observando a situação que a pessoa se encontra, o espaço em que vive e o tratamento adequado. Conforme nos diz Mascaro, 2004:

> Cada um deles nos transmite uma imagem pessoal e particular do que seja envelhecer. Muitas imagens são luminosas, vigorosas, expressando e traduzindo tranqüilidade, felicidade e sabedoria nessa fase da existência. outras vezes, nos defrontamos com imagens sombrias, tristes, refletindo uma situação de insegurança, carência e sofrimento. Diante de tal diversidade de imagens da velhice, você percebe que existem várias maneiras de vivenciar o envelhecimento e a velhice, segundo circunstancias de natureza biológica, psicológica, social, econômica, histórica e cultural. (MASCARO, 2004, p. 9)

Segundo nos afirma o autor, sabemos que os idosos tem uma facilidade para se encontrar em situações depressivas, pois o que eles vivenciam na sociedade não é uma realidade fácil de conviver, e é isto que os leva a muitas vezes cometerem o famoso suicídio, contudo busca-se como intermédio de contribuição e aconselhamento profissional para que se livre desses pensamentos suicidas pensar sempre no que lhe faz bem e frequentar o grupo de convivência para idosos a fim de fortalecer os vínculos afetivos com amizade e companheirismo grupal.

2.3. O PAPEL DO IDOSO NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

As transformações advindas ao longo da vida são tidas como um elo entre o viver e o saber viver, isto quer dizer que nós somos responsáveis por aquilo que fazemos, sentimos e a forma como nos relacionamos com outras pessoas, marcas que propositalmente iremos deixar

ao longo da nossa existência, e é na velhice que essa mudança acontece, tanto no aspecto físico, tanto no aspecto emocional, cultural e social.

No decorrer da vida enfrentamos situações difíceis, e na velhice estamos aptos a recordar e desafiados a encarar uma sociedade que se expressa com certos estereótipos acerca do envelhecimento, isto acontece principalmente no mercado de trabalho onde o idoso é visto como incapaz de exercer sua força de trabalho ao atingir a melhor idade, ou seja, ao completar sessenta anos, pois esta é a idade em que o indivíduo é considerado como pessoa idosa.

A abordagem sobre o tema envelhecer, e tudo o mais que o envolve, inclui necessariamente e principalmente, uma análise dos aspectos sociais e culturais relativos a estigmas, valores e sistemas que carregam uma simbologia que traçam a história das sociedades e suas representações sociais, portanto envelhecer faz parte do processo humano como algo inevitável. Segundo SILVA, 2003:

> O estatuto da velhice é imposto ao ser humano pela sociedade à qual pertence, sendo influenciado pelos valores culturais, sociais, econômicos e psicológicos de uma sociedade que determina o papel e o status" que o velho terá. (SILVA, 2003, p. 96).

Torna-se importante apontar que o envelhecimento por ser um fator biológico e cultural, deve ser analisado sob uma visão histórica e socialmente contextualizada. A forma como a velhice é tratada dependerá dos valores e da cultura de cada sociedade em particular, a partir dos quais a sociedade construirá sua visão dessa última etapa da vida.

BEAUVOIR (1990), em seu livro intitulado "A velhice" descreve as condições de vida do idoso em diversas culturas, das primitivas as contemporâneas. Falando sobre o velho mediante contextos históricos, afirmando que este como categoria social nunca interveio no percurso da história. A partir do momento que se perde a capacidade de produção, a pessoa idosa passa a se tornar simplesmente um objeto sem utilidade para a sociedade, transformando-o em um encargo, impostos pelos mais jovens.

O envelhecimento nos aponta um caminho a percorrer, onde haja adaptação do idoso em meio á sociedade, passando a analisar com mais cautela a perda de seu papel social, profissional, familiar e de responsabilidade, pois a perda desses papéis é que os levam ao isolamento e consequentemente a exclusão. Desta forma, mesmo vivenciando inovações, nos mais distintos campos, o idoso enfrenta problemas sociais graves.

Em uma sociedade que se caracteriza pela produção de poder, a qual busca desenfreadamente o lucro, o idoso passa a ser visto como um empecilho no desenvolvimento,

desconsiderando toda a contribuição social que estes deram e ainda dão à produção de bens, serviços e conhecimentos. O papel social representado pelo idoso dentro da sociedade contemporânea acontece de forma velada, onde há uma desintegração da identidade da pessoa idosa como se o processo de envelhecimento colocasse uma capa da invisibilidade sobre a pessoa idosa.

O Brasil ainda não analisou precisamente a situação do idoso na sociedade, uma vez que este por muitas vezes se encontra vivendo em condições mínimas e fora do olhar estatal. Grande parte da população idosa ainda hoje sofre com os estereótipos colocados sobre a velhice e os problemas sociais (OLIVEIRA, 1999).

A partir do momento em que o idoso percebe-se como ator de sua vida, conquista um espaço mais respeitado no cenário familiar e social, e acredita-se que seja necessário tornar a educação acessível á essa parte da população que também precisa de aprendizagem. Pois, como afirma Paulo Freire: "somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua 'convivência' com o regime opressor" (FREIRE, 2005, p. 58-59).

Segundo o autor, os idosos têm a capacidade de aprender, independente da sua idade, a partir do momento em que são incentivados, o processo de aprendizagem ocorre de maneira significativa, pois quando impulsionada a educação na terceira idade cria-se uma maneira de discussão da realidade vivenciada pelo individuo em busca de uma transformação social.

Muitas pessoas com seus 40, 50 ou 60 anos lutaram por um longo período de tempo, para que assim houvesse uma conquista de salários mais justos, melhores condições de vida e acima de tudo por respeito e dignidade. Porém o que se percebe atualmente é que o preconceito aliado à marginalização social e econômica faz com que o idoso atravesse em um espaço limitado, sem grandes possibilidades aparentes para que haja de fato uma mudança. Assim sendo, para Silva 2003:

> A condição do velho na atualidade não tem revelado grandes alterações dos tempos remotos". Mesmo com a evolução tecnológica e social, muitos problemas ainda são encontrados quando se trata do envelhecimento, pois não há inovações, mas disparidades marcantes. Para o mesmo autor "a urbanização e a industrialização acentuaram as desigualdades que, associadas aos preconceitos e estigmas, vêm demonstrando que as experiências acumuladas durante a vida não estão sendo aceitas pelos mais jovens" (SILVA, 2003, p. 110).

Para que os fatores negativos da velhice sejam ultrapassados ou ao menos amenizados, torna-se fundamental reconhecer qual é a representação do idoso na sociedade, tal como seu papel social, exercido ao longo de sua existência, como também nesta etapa o papel do idoso foi determinado por costumes e ações provenientes na cultura, como também no contexto histórico no qual está inserido.

Sendo assim, para muitos idosos, a realidade de exclusão foi presente no decorrer de toda a sua trajetória de vida e se acentuou ainda mais na velhice. Estas condições trazem repercussões ainda piores, ao se pensar que na única fase que estes acreditavam alcançar a dignidade e respeito, tornam-se vítimas de um sistema opressor e excludente.

> No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a questão do envelhecimento populacional soma-se a uma ampla lista de questões sociais não resolvidas, tais como a pobreza e a exclusão. (CAMARANO, 2004, p. 254).

Com a revolução industrial e seu desenvolvimento corre a inversão de valores, em vez de julgar pela sabedoria, a sociedade passa a julgar pela sua capacidade de produzir, que está mais próxima do jovem, restando para os idosos o lugar de exclusão, sendo que atualmente a humanidade é marcada pela qualificação, pelo potencial da juventude em detrimento da velhice estabelecida pela decadência e incapacidade.

Antes referido como um país de jovens, atualmente o Brasil vem fazendo uma transição demográfica, passando por um rápido processo de envelhecimento da população, fato esse que se comprova mediante dois fatores essencialmente atuais: o crescimento da expectativa de vida e a redução da natalidade. Em 2020 prevê-se que dos 1,2 bilhões de idosos no mundo, 34 milhões de brasileiros estarão acima de 60 anos, o que corresponderá à sexta população mais velha do planeta. (MINAYO E COIMBRA, 2002)

A situação da terceira idade e do acelerado envelhecimento populacional no Brasil e no mundo, são temas que se incluem ao processo de globalização e a cultura que é produzida nesse novo momento histórico, sobretudo pelas mudanças que estão sendo colocadas e as potencialidades que estão se tornando cada vez mais reducionistas.

Porém a globalização é um processo que se impulsiona mediante uma revolução tecnologicamente atual, onde a sociedade passa a caracterizar-se pelo processo de descartabilidade e instantaneidade das relações humanas, promovendo uma reverência ao que é novo e belo, e ao que se torna fisicamente capaz de fazer parte de um sistema que produz valor, colocando-se para escanteio um processo que é naturalmente irremediável.

> No contexto em que o envelhecimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice. Engolidos pelas concepções autopreservacionistas do corpo, os gerontólogos têm agora, como tarefa, encorajar os indivíduos a adotarem estratégias instrumentais para combater a deterioração e a decadência. Afinados com a burocracia estatal, que procura reduzir os custos com a saúde educando o público para evitar a negligência corporal, os gerontólogos abrem também novos mercados para a indústria do rejuvenescimento (DEBERT, 2004, p. 227-228).

A simbologia que retrata a geração das relações contemporâneas é o self-service, aonde você opta por escolher aquilo que lhe dar um prazer instantâneo e imediato, levando a uma visão utilitarista de aproveitamento daquilo que fornece benefícios individuais. Essa visão descartável do capitalismo em relação ao idoso, como uma pessoa improdutiva leva á cultura do descaso e do desrespeito para com o processo de envelhecimento.

Pensar o processo de envelhecimento, alerta para todas as problemáticas sociais que o segmento idoso vem enfrentando na realidade brasileira, não se podendo restringir a focos isolados de dificuldades. A cultura de incapacidade do idoso compromete a situação social da velhice, impondo que toda pessoa que atinge os 60 anos torna-se incapaz, principalmente se esta for proveniente de uma classe social mais baixa. O idoso vivencia duas das piores situações impostas pela sociedade:

> Ser pobre e velho, numa sociedade que só glorifica quem tem posses e valoriza quem é suficientemente jovem para produzir e consumir de acordo com os interesses dos detentores dos meios de produção. (JORDÃO NETTO, 1997, p. 68).

Para que a superação dos preconceitos possa ocorrer, além da construção de uma nova cultura da velhice para a população em geral, é imprescindível que o idoso aceite sua condição enquanto sujeito da terceira idade, pois o preconceito do idoso para com os demais idosos é grave ou até mais delicado que o sofrido pelas ações dos mais jovens. Para que estas questões sejam superadas ou ao menos amenizadas, o processo educacional é imprescindível.

Assim, a função social que é atribuída ao idoso, foi culturalmente constituída. Conforme afirma Ferrigno (2006) a construção social das gerações se concretiza através do estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para cada uma delas em diferentes etapas da história.

O idoso, no transcorrer de sua trajetória de vida, vivenciou na juventude e na maturidade papéis sociais, que aos poucos foram sendo apagados ou desconsiderados em sua

existência. Este sujeito teve sua representatividade no mercado de trabalho e também na sua família, enquanto pai, mãe ou chefe da mesma. Porém, com o passar dos anos, estes papéis vão se perdendo.

A visão que se tem acerca da aposentadoria desconsidera todas as atividades desenvolvidas anteriormente pelo aposentado, que lhe garantiram o direito à seguridade da previdência. O aposentado é considerado como um sujeito que não tem mais capacidade de contribuir para sociedade, pois não trabalha e não produz algo útil ou novo. Este posicionamento pejorativo confirma a ausência de um papel social, pois o trabalhador torna-se um inativo, e este não tem mais representatividade.

Compreendendo á relação capitalista com a pessoa idosa nos dias atuais podemos observar que atualmente existe uma diversidade dentro do próprio grupo de idosos. Conforme afirma Barros (2004) atribui essa miscigenação ao processo de mudança individual do homem e as transformações societárias em que ele está exposto. Afirma, portanto, que homens e mulheres têm modos de envelhecer diferenciado.

Para a autora, classe, gênero, idade e geração são quatro categorias fundamentais para que se compreenda o indivíduo na sociedade, pois configuram o seu contexto histórico, essa afirmação fica evidente quando é considerado o contexto de desigualdade social e econômica em que a população está inserida.

CAPÍTULO III - ANALISANDO E INTERPRETANDO OS DADOS: O IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS DO GRUPO DO PAIF, NO CRAS I EM ABAIARA-CE.

> *"A idade não depende dos anos, mas sim do temperamento e da saúde; umas pessoas já nascem velhas, outras jamais envelhecem."*
>
> ***(Tyron Edwards)***

Este capítulo apresenta as etapas em que se construiu todo um processo de transformações para que se pudesse descobrir o que de fato interessa, sendo assim, nesse primeiro momento explica-se todas as fases metodológicas e como de certa maneira tudo começou. Num segundo momento, de uma forma bem dinâmica e poética destacou-se a importância da amizade existente no grupo e como esse vínculo é enxergado por nossos idosos.

A essência principal desta pesquisa se dá pela análise e discussão dos dados, fazendo entender se os objetivos foram alcançados ou não, pois a importância de idosos inseridos em Grupos de Convivência e seu acompanhamento por intermédio do PAIF é de suma importância para a valorização de seus direitos.

3.1. FASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA: AS METAMORFOSES TRANSFORMADORAS PARA O NASCIMENTO DE UMA DESCOBERTA

Por que não comparar a pesquisa cientifica com a vida e a transformação de uma borboleta? Esta semelhança obtém uma discussão que nos levará a pensar de uma forma mais dinâmica sobre tal assunto, desta forma, reflete-se sobre esse processo que transforma a pesquisa científica desde o seu nascimento até o seu resultado final. Ou seja, a vida de uma borboleta pode ser dividida em quatro estágios: ovo, larva, pupa (ou crisálida) e adulto, assim como na pesquisa.

> São três as principais fases de desenvolvimento de uma pesquisa: 1) o momento de definição da situação-problema, do marco teórico e de planejamento metodológico da ação (**Projeto**); 2) o desenvolvimento desse plano (**realização da pesquisa** ou do teste da hipótese); 3) a divulgação e a validação da metodologia e das conclusões (**Relatório Final** e disseminação dos produtos da investigação). (GUSTIN, 2013, p. 34)

Sendo assim, eis a pesquisa científica respectivamente comparada: A escolha reflexiva sobre determinado tema pode ser assemelhada ao ovo, que ali nasce uma intenção de se pesquisar aquilo que mais lhe interessou; O planejamento metodológico de ação, ou seja o projeto, pode ser comparado a larva, que inicia-se uma fase da vida; A realização da pesquisa compara-se a pupa ou crisálida, um estágio imóvel, em que o animal sobrevive graças às reservas nutritivas acumuladas na fase de lagarta; E o Resultado Final da pesquisa relaciona-se com a transformação da lagarta para a borboleta, por ser uma fase da vida em que ela pode voar e se reproduzir.

A borboleta adulta é a fase mais bela do animal em razão da variedade de cores que encanta qualquer observador. Quase não é possível acreditar que ela já foi uma lagarta, não é mesmo? Na pesquisa científica acontece igual, por um dia ter sido apenas uma inquietação do pesquisador e logo após se tornar uma grande descoberta em face de suas múltiplas formas de desenvolvimento.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: O desafio da qualidade de vida: O impacto da participação dos idosos no grupo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral á Família- PAIF no CRAS I em Abaiara-CE, de cunho qualitativo, visa compreender a realidade social do idoso com foco no impacto causado na vida desses idosos institucionalizados. É ainda uma pesquisa explicativa, exploratória e descritiva. Possui caráter bibliográfico e de campo, pois livros e artigos foram esmiuçados para a elaboração do referencial teórico, e, juntamente com entrevistas como instrumento de coleta de dados, propiciaram uma maior abrangência e compreensão da temática abordada.

Segundo Gil (2008), a pesquisa explicativa tem o dever de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, pois é o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas; a importância da pesquisa exploratória neste trabalho explicita-se por proporcionar maior familiaridade com o problema; sendo também uma pesquisa descritiva por descrever as características de determinadas populações ou acontecimentos.

Sobre a pesquisa ser qualitativa orienta-se pela idéia de Godoy (1995), que apresenta uma melhor caracterização sobre a pesquisa qualitativa afirmando-a como, uma compreensão das ações humanas que deve ser levada em consideração as relações sociais que o sujeito está envolvido:

> A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Obtendo dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (Godoy 1995, p. 58)

A pesquisa qualitativa tem como finalidade conseguir dados voltados para compreender as atitudes, motivações e comportamentos de determinado grupo de pessoas, objetivando entender o problema em questão. É importante, perceber que é um tipo de investigação que considera apenas aspectos subjetivos que não podem ser traduzidos em números.

Portanto, esta pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no dia 15 (quinze) de maio do corrente ano, tendo como população 22 idosos, porém só foram realizadas 11 entrevistas. A expectativa de entrevistas a serem realizadas era de 20,

mas devido alguns abdicarem a participar da pesquisa e outros por terem faltado no dia em consequência da chuva que ocorreu reduziu-se este número, sendo assim, 50 % é a amostra dos dados coletados desta análise investigativa.

A pesquisa bibliográfica foi escolhida pelo fato de basear-se em estudos já existentes sobre o tema, dando a eles uma nova interpretação, passível de críticas e novas contribuições. Segundo Fonseca (2002):

> A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Desta forma, permite o levantamento de informações a respeito de problemas/inquietações do pesquisador através de diferentes fontes, que o pesquisador faz um estudo preliminar sobre o assunto para posteriormente aprofundar sua leitura por meio de ideologias diversificadas de vários autores.

Ressalta-se também, a importância de utilizar um estudo de campo, pois é uma das etapas da metodologia científica de pesquisa que corresponde à observação, coleta, análise e interpretação de fatos e fenômenos que ocorrem dentro de seus cenários e ambientes naturais de vivência. Assim, o mesmo autor que nos fala anteriormente afirma que: [...] a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa. (FONSECA, 2002), visto que envolveu o contato e questionamento direto das pessoas cujo comportamento se desejava conhecer.

Por conseguinte, como instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, pois este tipo de entrevista foi escolhida pelo fato de ter-se um contato entre o pesquisador e os pesquisados, podendo conduzir o estudo para um meio mais crítico, dando sempre explicações e esclarecimento aos pesquisados, uma vez que são idosos e por muitas vezes não compreendem as perguntas. Desse modo, Gil (2002) destaca que a entrevista semiestruturada também permite que o entrevistador retome a questão original ao perceber desvios, ao passo que o entrevistado tem a liberdade de falar abertamente sobre o assunto tratado.

Por meio desse percurso metodológico é que desejou-se conhecer de uma forma mais profunda a questão da convivência e os impactos na vida do idoso, perpassando o seu contexto sócio-histórico, a atualidade e os desafios encontrados para que esses e outros tipos de direitos sejam de fato garantidos para essa parcela da população.

3.2. AS COISAS SIMPLES DA VIDA NOS DÃO FORÇAS PARA VIVER: POETIZANDO O VÍNCULO DA AMIZADE DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA E ENXERGANDO O PROCESSO DE MUDANÇAS E DESAFIOS NA VIDA DO IDOSO

Sabemos que o processo de envelhecimento traz muitas mudanças e desafios no que concerne à valorização da pessoa idosa, sendo assim, um dos maiores é permitir que essa fase possa ser vivida como uma experiência positiva, e para que isso seja possível, é imprescindível manter, respeitar e estimular a autonomia dessas pessoas.

> O lazer e a segurança precisam ser tratados não como mero esforço de entretenimento que pode camuflar uma situação de violência. (...) A busca da convivência e da felicidade não precisa de justificativas. Quem sabe, assim, não serão necessárias mais grades nas nossas casas e nos nossos parques e jardins. (Marcellino, Barbosa e Mariano, 2008, p.148)

Conforme o autor, esta reflexão remete-se à busca pela felicidade por meio de uma convivência saudável, especialmente às pessoas idosas que necessitam de um tratamento adequado tanto na família, quanto em meio à sociedade, desta forma, existem lugares que podem tratar desse assunto ao se firmar em promover o lazer, a informatização sobre seus direitos, entre outros benefícios, são eles: Os grupos de Convivência.

E é assim, nas coisas mais simples da vida que encontramos as mais profundas forças para viver... Vale a pena viver sim, pelas pequenas coisas, principalmente por ter amigos para acolher![6] Pois bem, assim sendo, ser idoso é saber olhar para a vida com olhos de quem já tem experiência e história o suficiente para conseguir extrair o que há de melhor em cada situação.

Com o intuito de deixar claro o interesse pelo tema deste trabalho, como também, uma forma de dinamizar esta leitura, aqui se explicita um belíssimo poema, onde um dos maiores poetas do Brasil, que por onde passa comove e emociona a todos com seu carisma e sua

---

6 Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=ksXEU5oA34Q > Um pequeno trecho da Poesia com Rapadura - AS COISAS SIMPLES DA VIDA, poesia de Bráulio Bessa, exibida em 21/09/2018.

humildade recita alguns versos falando sobre a importância da Amizade, ele nos diz o seguinte:

> "É justo quando um espinho fura seu coração, que você se aperreia por um amigo, um irmão, um conhecido, um parente, que sinta o que você sente e que lhe estenda uma mão.
>
> Avalie... avalie só o peso da pedra da solidão, da derrota, da tristeza, da dor, da decepção, de tantas pedras que a gente vai enfrentar pela frente quer você queira ou não, e não adianta desviar, deixando a pedra pra trás, se lembre que o mundo gira num movimento voraz, e lhe obriga a voltar pra dessa vez enfrentar o que lhe tirou a paz.
>
> Tem gente que lhe entende as vezes sem concordar, que aceita os seus defeitos sem precisar lhe mudar, e mesmo que você erre esse alguém não vai julgar, afinal gente precisa de gente pra sentir cumplicidade, sentir amor, confiança, segurança, lealdade, cada um faz seu caminho, mas é raro alguém sozinho encontrar felicidade.
>
> Que o amor seja presente, que sempre lhe fortaleça, que a vida lhe dê amigos, que você sempre agradeça, que a cada sofrimento esse belo sentimento nasça, cresça e permaneça."
>
> **Bráulio Bessa**[7]

Acredita-se que a amizade ainda é uma forma de conceituar o que é de mais valorizado nesta vida, pois a mesma nos proporciona uma cumplicidade existente na relação existente entre um grupo de pessoas que convivem e compartilham situações e sentimentos semelhantes e pertinentes a sua idade avançada e as suas dificuldades que enfrentam no dia-a-dia, causando um bem-estar que transforma em seres melhores e faz com que se tenha uma melhor qualidade de vida.

Ao que diz respeito ao referente poema vemos que a felicidade é um dos pressupostos ali presentes, e é por meio desse sentimento que tanto bem faz para as pessoas que a dispõem, pois estas possuem muita sabedoria e experiência para apreender o que há de melhor na fase final de suas vidas, sendo assim, Aristóteles faz uso de suas palavras com a seguinte reflexão:

> Sendo a felicidade, então uma certa atividade conforme à excelência perfeita, é necessário examinar a natureza da excelência. Isto provavelmente nos ajudará em nossa investigação a respeito da felicidade. Também parece

[7]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l00ljk_QvOo> "Cordel sobre Amizade", poesia de Bráulio Bessa, exibida em. 20/07/2018.

> que o verdadeiro estadista é aquele que estudou especialmente a excelência, a [...] A excelência humana significa, dizemos nós, a excelência não do corpo, mas da alma, e também dizemos que a felicidade é uma atividade da alma. Se for assim obviamente o estadista deve ter algum conhecimento das funções da alma, da mesma forma que quem estudar e curar os olhos deve conhecer também o corpo todo. (ZINGANO, M., 2008, p. 77)

O autor considera a felicidade como uma virtude, uma qualidade da alma, que perpassa a essência do corpo, e acontece por meio de atividades que dispõem do caráter ao bem, sendo assim devemos obter um certo conhecimento sobre nós mesmos, pois a felicidade está dentro de cada um de nós.

Identifica-se também neste poema o vínculo da amizade, principalmente enfatizando a amizade em grupo promovida por meio da convivência, pois esses grupos facilitam relações interpessoais, monitoramento de direitos, desempenho de papéis sociais, estratégias para lidar com sofrimentos (físico, psicológico, social), desenvolvimento da criatividade, aprendizagem de novas habilidades (ou retomada de outras) e colaboram na adaptação saudável à velhice (Ferrari, 2002).

A importância do Grupo de Convivência é de inteira valorização para a vida do idoso, pois requer um bem-estar enquanto frequentar o CRAS, além de tirá-los do comodismo e da mesmice diária que os mesmos vivem, pois é durante esses encontros que eles encontram a paz, o companheirismo que precisam, criando vínculos de amizade uns com os outros, e os leva a ser indivíduos mais próximos da cultura, do lazer, e é claro sempre informatizando sobre seus direitos enquanto pessoas idosas através da socialização, do convívio e do acolhimento da Proteção Social Básica.[8]

Acredita-se que além do convívio social os Grupos de Convivência impulsionam os idosos através de atividades interventivas, aumentando sua autoestima, fazendo com que eles percebam seu potencial, como também favorecendo seu bem-estar físico, mental e social, assim esses encontros grupais contribuem para uma qualidade de vida melhor, resgatando o valor da pessoa idosa na família e na sociedade.

[8] (GRIFO NOSSO)

IMAGEM II - GRUPO DE IDOSOS

Fonte: Centenário do sul, 2019. [9]

Desta forma, enxergando o processo de mudanças e os desafios postos na vida do idoso, a imagem acima apresenta o importante e mais precioso ligamento, pois os seres humanos têm uma necessidade profunda de união, e os vínculos afetivos são a força que os une (FARRÉ, 2009). A amizade entre idosos atribuem diferentes significados e sua conexão se dá através do grau de intimidade e da semelhança entre as pessoas, com base em apresentarem características como lealdade e respeito.

A participação no grupo simboliza, de um modo geral, a oportunidade de criação de novos projetos de vida em que a pessoa segue aprendendo, enriquecendo a si mesma, aos demais e à própria instituição da qual o grupo está ligado. Mas, acima de tudo, representa a possibilidade de acesso do idoso a distintas formas de participação e de exercício da cidadania, particularmente, nos Fóruns e Conselhos de Direitos, que contribuem para o aumento do poder de decisão e incidem sobre a autonomia desses sujeitos para assegurar e materializar seus direitos.

3.3. FELICIDADE INDEPENDE DA IDADE: A IMPACTAÇÃO E O CONVÍVIO SOCIAL DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO: ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS.

O tópico que aqui se segue, trata de estabelecer quais os impactos causados na vida do idoso através de seu convívio institucional no Grupo de Convivência do Serviço de

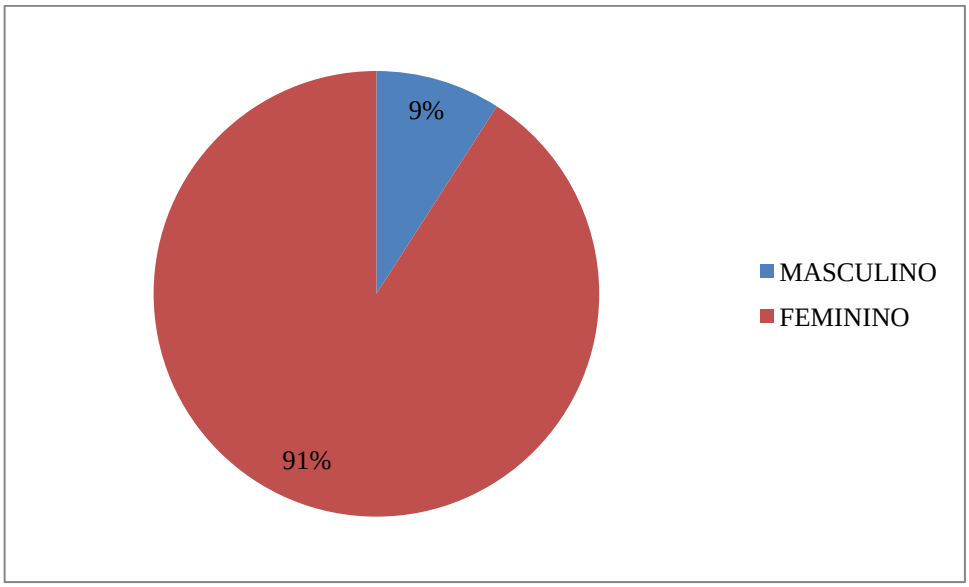
[9] Disponível em: <http://www.centenariodosul.pr.gov.br/artigo/2508/social-nesta-quinta-feira-25-tem-reuniao-do-grupo-de-idosos-participe>

Proteção e Atendimento Integral á Família- PAIF e como esse vínculo pode se relacionar ao seu bem-estar ocasionando em uma melhor qualidade de vida. Sendo assim, aqui apresenta-se a discussão e análise dos dados coletados, portanto, correlacionar a fragilidade e a qualidade de vida do idoso indagando sobre o que os leva a procurar o grupo de convivência é o principal elemento norteador desta pesquisa.

Nesta perspectiva, esta pesquisa realizou-se no Grupo de Convivência acompanhado pelo PAIF, no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS I, localizado na Rua Clóvis Leite Martins, no bairro Alto da Alegria, na cidade de Abaiara- CE. Contudo, atualmente o grupo conta com a participação de 22 (vinte e dois) idosos inscritos e assistidos pelo PAIF, porém só foi possível realizar esta pesquisa com a participação de 11 (onze) idosos, pois alguns teriam faltado no respectivo dia, e outros se recusaram a responder a entrevista. Os encontros do grupo de idosos acontecem a cada sexta-feira, no período da manhã, das 09 (nove) às 11 (onze) horas.

Para caracterizar o perfil do público idoso observou-se, em um primeiro momento, a característica relativa ao sexo. Identificou-se que os entrevistados, em sua grande maioria, são do sexo feminino, fato este que nos proporciona uma boa reflexão acerca das relações de gênero, da participação social, e da feminização da velhice. Apenas um dos entrevistados é do sexo masculino, que apesar de se dispor a participar da pesquisa ainda demonstrou resistência em responder as indagações.

GRÁFICO I - GÊNERO



Fonte: Primária, 2019

A predominância da população feminina entre os idosos é apresentada nesta análise contendo em sua maioria o sexo feminino no grupo de idosos, considerando que o número de idosos vem aumentando dia após dia no Brasil, assim constata-se que 91% dos entrevistados refere-se ao sexo feminino, e apenas 9% concerne ao sexo masculino, representando a pesquisa pelo número maior de mulheres. Observa-se que as mulheres têm mais interesse em participar do grupo, porém o único homem representado mostrou ter maior disponibilidade ao responder a entrevista.

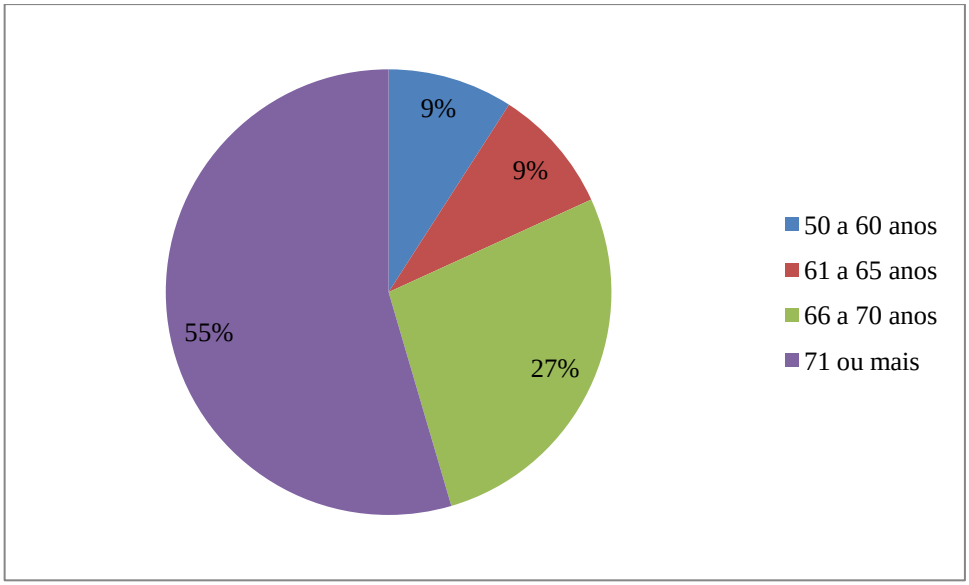
Segundo Camarano (2004, p. 30) são elas que participam, mais do que os homens, de atividades extradomésticas, de organizações e movimentos de mulheres, fazem cursos especiais, viagens e trabalho remunerado temporário. Ao contrário do que fizeram na sua vida adulta, assumem, progressivamente, o papel de chefes de família e de provedoras.

Já Zimerman (2000), afirma que os homens por preconceito, vergonha, ou medo de críticas preferem ficar isolados ao chegar à terceira idade, e não procuram se engajar em grupos de convivências ou apoio por pensarem que os mesmos não precisam de ajuda de se ‘expor’ em meio à sociedade.

Dessa forma, as mulheres participam mais dos grupos de convivência que os homens, as melhores condições de vida contribuem para o aumento da expectativa de vida e da longevidade, sendo que as mulheres vivem mais que os homens, pois a significação desses dados representa que o envelhecimento masculino está em pauta por apresentar isolamento social, sendo as mulheres suas cuidadoras e a maioria aprenderem a ter uma independência maior sobre si e sobre seus atos nos dias atuais, revelando maior interesse em participar de grupos de convivência.

Na busca de mais informações para caracterizar o grupo, outro aspecto levado em consideração foi a idade dos participantes do estudo. Os onze participantes têm idades entre 50 a 80 anos, demonstrando diferentes tipos de envelhecimento, como já foi mencionado aqui, uns com mais ânimo, outros mais produtivos e outros cansados e doentes.

GRÁFICO II - IDADE



Fonte: Primária, 2019.

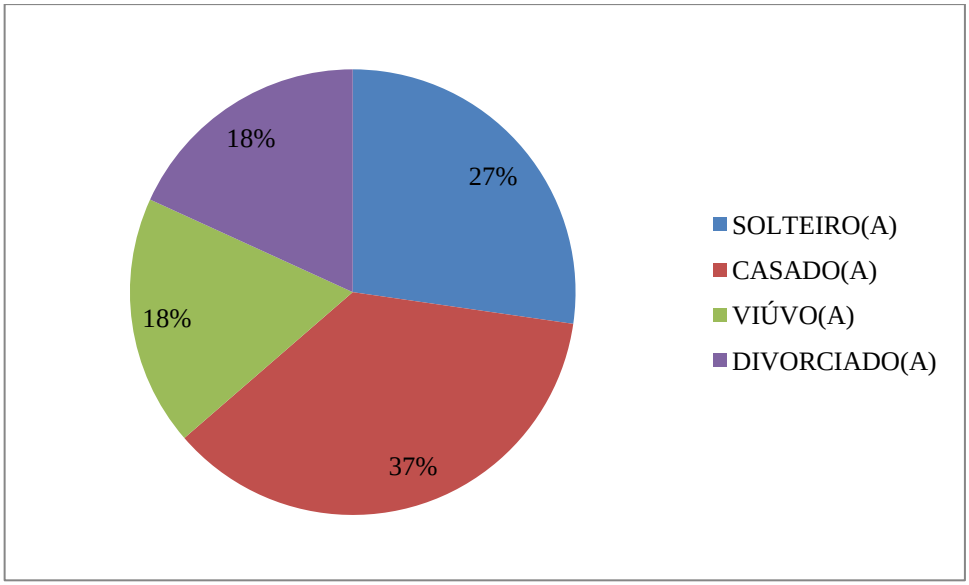
Apresenta-se aqui a diversificação de idades dos idosos que compõem o grupo de convivência do CRAS I, têm-se 55% com maior índice de 71 anos ou mais, por apresentarem mais sintomas de fragilidade de envelhecimento e procuram frequentar esses espaços como forma de interação social na terceira idade; assim nota-se que 27% desses idosos possuem uma faixa etária de 66 à 70 anos, desta forma, observou-se que estes tem uma reflexão mais ampliada sobre seus direitos enquanto usuários do CRAS; e apenas 9% apresentaram-se com idade de 50 a 65 anos.

Segundo Pena e Santo (2006), o aumento da expectativa de vida e a qualidade de vida dos idosos não estão somente associados à evolução da tecnologia e da medicina, mas também estão relacionados à vivência destes em grupos, a qual vai além das atividades físicas e de lazer propostas, visto que envolvem aspectos emocionais, comportamentais, dentre outros.

Sendo assim, caracteriza-se que idosos que participam de atividades grupais tendem ao aumento da expectativa de vida, e esta vivência promove um bem-estar que envolve sua qualidade de vida, evitando assim seus aspectos de fragilidade que advém com o tempo devido sua idade avançada e um certo desprezo no que tange a família e a sociedade.

Por conseguinte, no gráfico a seguir segue os dados com relação ao Estado Civil dos idosos do Grupo de Convivência:

GRÁFICO III - ESTADO CIVIL



Fonte: Primária, 2019.

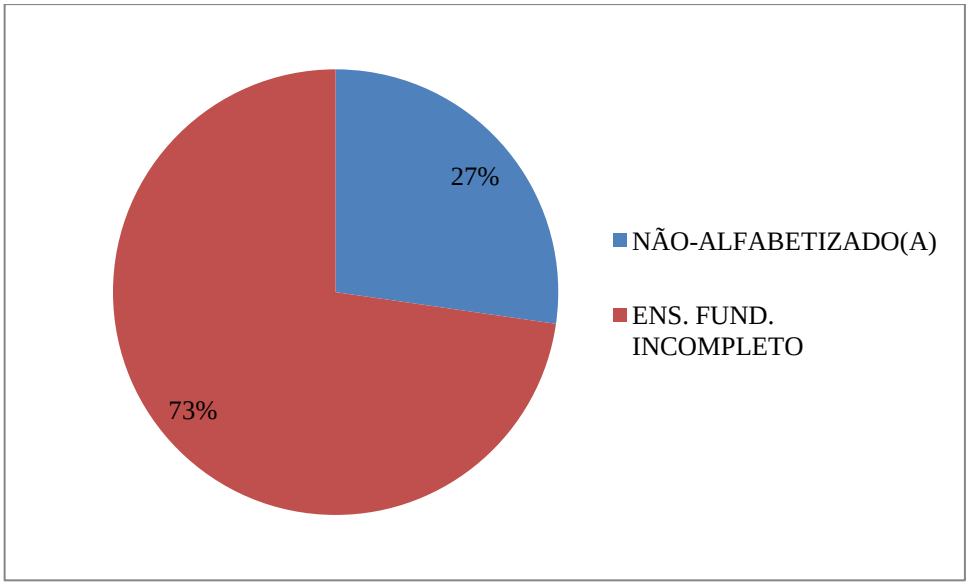
Analisou-se que o estado civil predominante dos entrevistados caracteriza-se como casados com 37 %, em seguida os solteiros com 27 %, e apenas 18 % dos entrevistados na terceira idade são viúvos e divorciados, sendo assim, sustenta-se a idéia de que a família constitui importante fonte de apoio em todas as circunstâncias da vida, e isso é importante ao seu bem-estar.

O apoio que a família disponibiliza ao idoso tem o papel de proporcionar um bem-estar significativo. Aqueles idosos que são casados têm um fator a mais, que são as relações informais que mantém, pois com um companheiro há possibilidade de se vivenciar diversas experiências que são compartilhadas em conjunto, como a relação com os filhos e os netos, que acabam funcionando como uma proteção para a saúde, principalmente para os homens idosos (HERNANDIS e MARTÍNEZ, 2005).

Contudo, em relação ao estado civil, os valores significativos foram evidenciados nos casados, reforçando a importância da rede e apoio familiar para o idoso, pois a família é o primeiro vínculo social do indivíduo, espaço onde as relações acontecem e se desenvolvem. Os menores índices foram evidenciados entre os solteiros e viúvos e divorciados, justificando-se por residirem em famílias multigeracionais, pois estas acabam exercendo um maior domínio sobre o idoso, suas atividades e relacionamentos, enfim, sobre sua vida.

No gráfico a seguir, têm-se os resultados deste estudo através do nível de alfabetização, ou seja, a escolaridade:

GRÁFICO IV – GRAU DE ESCOLARIDADE



Fonte: Primária, 2019.

Avaliou-se aqui o grau de escolaridade dos indivíduos participantes do grupo de idosos, sendo em sua maioria possuírem Ensino Fundamental Incompleto, com a porcentagem de 73 %, ou seja mais da metade deles não concluíram seus estudos porque segundo eles não possuíam condições de estudar por que precisavam trabalhar para sustentar a si e sua família, e uma pequena parcela desses idosos encontram-se não-alfabetizados com o percentual de 27 %, pois segundo alguns relataram nesta pesquisa não tiveram condições de estudar em sua época, e observou-se também que alguns deles não sabiam nem se quer assinar seu nome.

Segundo Freire (1979: 27), "a educação é uma resposta da finitude da infinitude", pois o sujeito é incompleto, e encontra nos processos educacionais pressupostos para suprir sua constituição pessoal inacabada, independentemente de sua idade ou situação social. Freire ainda afirma que, "Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados". (1979: 61).

Sendo assim, é preciso e urgente auxiliar as pessoas nesta transformação, porque apenas desta maneira será possível reverter muitos problemas sociais, em especial a exclusão e estereótipos negativos atribuídos ao idoso na sociedade brasileira. Dessa forma, a educação deve propiciar acesso à produção intelectual como também para a construção de novos saberes nas mais diversas áreas do conhecimento.

A pergunta pertinente ao reconhecimento dos idosos reconhecerem seus direitos enquanto participantes do grupo foi a seguinte: "Enquanto pessoa idosa e com base na sua

convivência social e familiar, você compreende que o grupo é uma forma de assegurar e informatizar sobre seus direitos?”

Como resultado obteve-se o percentual de 100% dos idosos que responderam SIM ao referente questionamento, em outras palavras, alguns deles concluíram sua fala nesta pesquisa falando que no grupo era de suma importância que além das intervenções realizadas nos encontros, eles também conseguiam um atendimento que conseguiam ter acesso ao BPC, ao Programa Bolsa Família, auxílio-doença, entre outros.

Nesse sentido Soares (1998) afirma que apenas um indivíduo autônomo alcançará o sucesso no âmbito econômico, psicológico, sócio-cultural e/ou político, pois trata-se de um indivíduo que questiona, pensa e delibera com liberdade e responsabilidade uma atividade que não foi pensada por outro sem a sua participação.

Desta maneira pode-se considerar que a convivência em grupo e as atividades de lazer podem colaborar e propiciar um equilíbrio biopsicossocial para o idoso, além do que, conforme a PNI estabelece, deve-se "assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade" (Artigo 1°). A Política expressa ainda a importância da "viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações".

Para um melhor entendimento sobre este estudo pesquisado a campo, buscou-se compreender se os participantes do grupo de idosos tinham um conhecimento sobre o que é o PAIF com a seguinte indagação: “Você sabe o que é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral á Família (PAIF) e como ele atua?”

Todos os idosos entrevistados responderam que não possuem conhecimento sobre o que realmente é o PAIF e como ele funciona dentro do CRAS, talvez porque não são bem informados sobre seus direitos através de seus acompanhamentos, ou talvez porque sua memória se encontra fragilizada devido à idade.

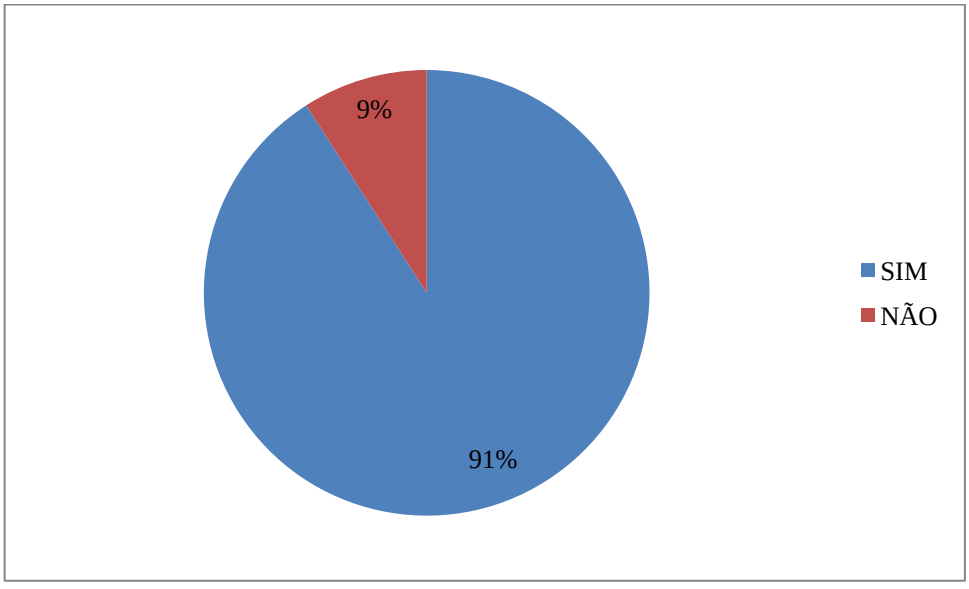
O PAIF deve atentar, também, para o atendimento das famílias com idosos e pessoas com deficiência com vínculos familiares fragilizados, sem acesso a serviços de cuidado e apoio, com reduzida capacidade de autonomia, sem condições de autossustentabilidade e outras situações que apontem a vivência de vulnerabilidade social. O atendimento destas famílias pelo PAIF é essencial, pois estes grupos familiares podem experimentar sentimentos dolorosos e conflitantes, como medo e frustração no que concerne às possibilidades de cuidado e bem-estar que podem oferecer às pessoas com deficiência, podendo requerer a dedicação integral ou ocasionar situações de isolamento de todo o grupo familiar. (Orientações Técnicas do PAIF, vol. 1, 2012).

Sendo assim, é imprescindível que pessoas na terceira idade sejam devidamente acompanhadas por esse serviço que tem o papel de acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade social, e que se encontram com seus vínculos familiares fragilizados, fazendo com que muitas vezes ocorra um certo violamento no campo do direito que lhe é oferecido.

Quando feita essa pergunta durante a entrevista, alguns idosos contestaram que não sabiam o que era este serviço oferecido pela Proteção Social Básica, mas que gostariam de conhecer, porém refletiu-se que como forma de organização, os profissionais ali envolvidos devem se comprometer em se dispor de mais rodas de conversa sobre o assunto, além de palestras, e até mesmo intervenções que conduza o tema.

Como já foi exposto aqui neste trabalho, sabemos que existe uma política e uma legislação que garante e defende os direitos da pessoa idosa, sendo assim foi questionado desta forma: "No Brasil há uma legislação e uma política que defende seus direitos enquanto pessoa idosa, você possui conhecimento sobre elas?"

GRÁFICO V - Conhecimento da PNI e Estatuto do Idoso



Fonte: Primária, 2019.

Em resposta certificou-se que 91% das pessoas na melhor idade disseram que sim, que tinham conhecimento sobre seus direitos enquanto pessoas idosas, e apenas 9% disseram que não possuíam conhecimento, sendo assim, observou-se que o (a) entrevistado (a) não soube responder a pergunta por se encontrar perturbado com algum problema e por estar com pressa para sair do grupo e se dirigir para sua casa para seus afazeres domésticos.

Alguns anos após a aprovação da Política Nacional do Idoso, mais especificamente nove anos, houve a aprovação de uma legislação relativa à atenção destinada às pessoas idosas, que reforça as diretrizes contidas na PNI e unifica leis e políticas que até então permaneciam fragmentadas e setorializadas: o Estatuto do Idoso. Aprovado em 1º de outubro de 2003 (Lei no 10. 741) e elaborado com a contribuição de entidades de defesa dos direitos dos idosos, o Estatuto do Idoso é um importante instrumento de garantia de direitos alcançados por eles. "Trata-se de um mecanismo formal, legal, que visa garantir direitos elementares da existência, da integridade da vida e do corpo, e da dignidade" da pessoa idosa (TEIXEIRA, 2008, p. 288-289)

Considerada legalmente, para efeitos jurídicos, a partir dos 60 (sessenta) anos de idade, essas reivindicações foram de extrema importância até nos dias atuais, pois defendem e garantem direitos e asseguram para que nada os falte ou perturbe como forma de promover e proteger estes que tem sua vida isoladamente á sociedade.

A etapa seguinte da entrevista foi realizada através de perguntas abertas, utilizando-se mais subjetividade, visando identificar a relação do idoso que frequenta o Grupo de Convivência do PAIF no CRAS I, para que se obtenha respostas significativas a tais indagações referentes aos impactos causados neste convívio social. Para manter o sigilo e a identidade dos idosos, os identificou-se somente pela inicial da palavra entrevistado e o número, sendo assim destacou-se os que responderam com mais clareza esta pesquisa: E1, E2, E3, E4 e E5.

Em um primeiro momento indagou-se a consequente pergunta: "Ao adentrar no Grupo de Convivência quais foram as principais mudanças identificadas em sua vida? Foram positivas ou negativas? " Em resposta obteve-se uma diversificação, contudo, todos responderam que tiveram mudanças positivas em suas vidas, as demais respostas foram as seguintes:

> ***E1:*** *"As pessoas legais e gosta muito dos amigos, foi boa, muito positiva. "*
>
> ***E2****: "Foi bom, mas só vim duas vezes até agora, dando certo vou continuar vindo. Positiva. "*
>
> ***E3****: "Acho muito bom vim pra cá, é um divertimento. Achei positiva, é um povo muito legal, recebe a gente bem. "*
>
> ***E4****: "Achei bom, o pessoal aqui ajuda muito a gente. Positiva. "*
>
> ***E5****: "Sim, senti mais ajuda, mais inteligência. Positiva. "*

Apontou-se que todos acreditam que as mudanças provocadas pelo Grupo de Convivência foram positivas, no entanto, nas falas acima selecionadas os idosos afirmam e acreditam que este é um espaço de divertimento, que as pessoas [10]são legais e que ajudam muito em seus respectivos problemas e até se sentem com mais inteligência.

Conforme nos afirma Alves, 2014, "No processo de envelhecimento, o idoso encontra mudanças significativas na autoestima e na aceitação de si próprio, o que repercute na autonomia, na liberdade e no convívio social. Por meio dos grupos, relações são estabelecidas, possibilitando a inclusão social para superar o isolamento dos indivíduos.

Sendo assim, o estabelecimento de laços afetivos e sociais é essencial para a qualidade de vida na fase idosa, pois durante a vida as pessoas passam por diversas fases, e que na fase final de suas vidas devem ser tratados com um maior cuidado, assim, é importante que as pessoas idosas possam participar desses grupos para garantir um envelhecimento saudável tanto fisicamente como também mentalmente através de mudanças significativamente positivas.

O segundo questionamento diz respeito ao incentivo dos participantes do grupo para que outras pessoas comecem a frequentar e participar, perguntou-se: "Você já incentivou alguém a participar do grupo? Essa pessoa hoje faz parte do grupo? " Tendo respostas diferentes alguns entrevistados disseram que "Não", a maioria respondeu: "Sim, mas ninguém vem" e outros contestaram o seguinte:

> ***E1****: "Sim, só que inventam desculpas. "*
>
> ***E2****: "Sim, todo mundo que vejo, eu digo que é bom vim pro grupo porque é um divertimento, pra mim é."*
>
> ***E3****: "Já incentivei, mas não vem nenhum. "*
>
> ***E4****: "Às vezes chamo, mas ninguém vem. "*
>
> ***E5****: "Sim, faz parte do grupo e mudou de qualidade de vida também. "*

Entretanto, a participação no grupo possibilita uma satisfação e uma realização pessoal que os converte em multiplicadores dos direitos sociais e motivadores do ingresso de outros idosos no grupo, porém neste estudo os entrevistados contrapuseram esta realidade, pois como afirmam anteriormente eles próprios até que tentam estimular outras pessoas a frequentar o grupo, mas ninguém vai. Pereira, 2002, nos diz o seguinte:

[10] Refere-se aos profissionais: (Assistente Social, Psicóloga, Orientadora Social).

> Na interação com outras pessoas que o indivíduo aprende a viver em sociedade, a obedecer regras como expressões de vontade coletiva e a manter e reforçar objetivos e crenças. Tais regras constituem o parâmetro tanto de seu senso de pertencimento, como pessoa e como cidadão, como do reconhecimento, de sua parte de direitos e deveres dos outros (PEREIRA, 2002, p. 72).

Ser convidado ou querer participar é uma das formas de acesso do idoso ao grupo, e independente de qual das vias é utilizada, percebemos que, ao iniciar as atividades, esses indivíduos geralmente gostam e passam a freqüentar o grupo, tendo uma avaliação positiva em relação aos resultados proporcionados pelo grupo a suas vidas, pois o idoso passa a participar do grupo por intermédio, incentivo ou convite de alguma pessoa.

Dando continuidade as análises foram indagadas ao idoso acerca do impacto fundamental causado pelo grupo de convivência e o que mais lhe chamou atenção neste espaço, sendo assim, perguntou-se: "Em sua concepção qual o principal impacto causado por consequência do Grupo de Convivência? O que acha de mais interessante no grupo? "

> ***E1****: "Foi a alegria do povo, foi as coisas que eles fazem pra gente ficar entendendo as coisas aqui. "*
> *"Do ensino que o CRAS faz, eles faz muita coisa boa, aqui o povo é muito alegre, e aqui só tem coisa boa. "*
>
> ***E2****: "Achei bom, a gente conversa aqui com o pessoal e é sempre muito animado, acho é ruim quando não venho. "*
> *"Acho bom as brincadeiras, as palestras. "*
>
> ***E3****: "Gostei muito, mas não é toda vez que a gente pode vim. "*
> *"Gosto das merendas, das brincadeiras não gosto muito não porque tô de sentimento porque minha mãe morreu, ai a gente fica sem assunto. "*
>
> *E4: "Ajeitou meu auxilio-doença, porque eu tenho depressão. "*
> *"Acho mais interessante porque elas conversa, e também a amizade. Quando eu chego aqui agoniada, elas conversa e eu me acalmo. "*
>
> ***E5****: "Se sentia sozinha e agora não, porque meu marido batia em mim. "*
> *"Acho bom as brincadeiras. "*

A dinâmica de grupo está ligada às forças, às interações e aos processos gerados dentro do grupo que se convertem em energia, em capacidade, que o influenciam e o condicionam, proporcionando um modelo de grupo dinâmico, numa lógica de processo, de movimento, de ação que recomeça, que é inacabada. (AGUILAR, 2004)

O grupo significa, também, uma oportunidade para que os indivíduos se reconheçam nos demais integrantes e passem a vivenciar interna e plenamente a velhice, pois essas atividades humanas possibilitam um reconhecimento de si próprio no outro, que pode funcionar como um espelho social e possibilitar mudanças importantes na maneira como o idoso reconhece a si mesmo e aos demais (CASTRO, 2004).

Os dois autores similarmente fazem uma discussão que debate-se a importância que o grupo de convivência possui, resguardando sua autonomia, reflexão, que emergem enquanto as pessoas, ou seja, os idosos estão inseridos ali, propiciando-os á uma qualidade de vida que por direito eles devem ter.

Complementarmente se indagou quais os tipos de fragilidade vivenciados expressa por meio de dificuldades que o motivou a procurar o grupo, sendo pertinente a pergunta: "Nos dias atuais o idoso enfrenta diversos casos de fragilidade, tanto individualmente, tanto socialmente, neste sentido qual a principal dificuldade ou motivação que o levou a procurar o grupo"? As respostas se deram de maneira mais emotiva, confirmando a questão da carência e solidão nessa fase da vida.

> ***E1**: "Eu não ando né, eu só ando quando tem uma precisão, pra igreja, pra fazer umas compras, por isso acho bom vim".*
>
> ***E2**: "Outra pessoa me chamou a frequentar, dificuldade a gente sempre tem né, eu passo por muitos problemas com meu filho".*
>
> ***E3**: "O pessoal me chamou e fiquei sempre vindo. Me sentia sozinha em casa antes de vim pro grupo".*
>
> ***E4**: "Porque eu tenho depressão".*
>
> ***E5:** "Porque meu filho é doente e precisou do CRAS e agora eu sou grata e venho pro grupo".*

Lois (2010) ressalta a importância do grupo no sentido de suprir carências relacionais, que são consideradas como necessidades de sobrevivência indispensáveis para o desenvolvimento pessoal, e que o indivíduo não pode satisfazer por si mesmo. O grupo se fundamenta nessa capacidade que os membros possuem de proporcionar uma ajuda mútua, a partir de um processo recíproco de solidariedade e de cooperação, possibilitado pelo afeto ou intercâmbio de ajudas, dado e recebido por cada um dos membros no processo de interação social. Assim, os idosos encontram no grupo a possibilidade de dividir os problemas mais íntimos, a partir de um clima de confiança e de cumplicidade.

Entende-se que a partir da interpretação dos resultados que a participação em grupos de convivência para idosos promove a socialização entre seus membros, o envelhecimento ativo e saudável, o fortalecimento de vínculos, desta forma prevenindo o isolamento do idoso. Tais atividades contribuem para o exercício da cidadania, a participação social, proporcionando a ampliação e defesa de direitos, a autonomia e o protagonismo das pessoas idosas. Viver ativamente contribui para o aumento considerável na expectativa de uma vida saudável e ajuda a manter a qualidade de vida na velhice.

Para concluir esta análise uma pergunta bastante pertinente ao estudo se caracteriza para entender se os mesmos consideram ter uma vida com qualidade, com a seguinte questão: "Você considera possuir qualidade de vida frequentando o Grupo de Convivência do CRAS? Por quê?". Nesse aspecto a maioria respondeu que sim, porém apenas uma pessoa respondeu que não.

> ***E1****: "SIM, porque é importante vim pro grupo pra saber sobre os direitos da gente, porque antes eu não sabia de nenhum direito".*
>
> ***E2****: "SIM, me senti muito bem após frequentar o grupo, elas explica muita coisa boa, principalmente com a física que tinha, mas não tem mais e faz tempo que eu venho pro grupo".*
>
> ***E3****: "SIM, tive mais conhecimento e me sinto muito bem, até pra conversar melhor com as pessoas é bom, e a gente vem pro grupo e conversa sobre os problemas e o pessoal daqui do CRAS dá muita força pra gente, dá conselhos e tudo, eu acho bom".*
>
> ***E4****: "SIM, por causa da convivência com as pessoas, é difícil eu perder, a gente até esquece dos problemas vindo pra cá, todo mundo tem problema, mas aqui a gente conversa, dá risada, se distrai."*
>
> ***E5****: "NÃO, só acho bom porque foi aqui no CRAS que eu consegui o auxilio do meu menino, agora eu sou feliz e ele também".*

Marcelino (2001), vem falar em relação a importância do lazer para uma melhor qualidade de vida, destacando que o lazer ainda não é visto como um direito social pertencentes á necessidades, no entanto, percebe-se claramente ao se conviver com as pessoas.

> A qualidade de vida das pessoas não precisa ser justificada por critérios de produtividade, numa perspectiva meramente "utilitarista" da questão. É uma questão de "valoração", critica e mudança de valores, e, para isso, a vivência

> do lazer, que supere os padrões do "consumismo", pode contribuir. (MARCELINO, 2001, p.59)

Conforme evidenciado neste estudo, se reconhece que a participação do idoso no grupo contribui para a garantia de sua independência e de sua autonomia. Assim, compreende-se que a possibilidade de realizar as atividades da vida diária sem a necessidade da ajuda de outras pessoas, associada à capacidade de tomar suas próprias decisões, à existência de boas condições socioeconômicas, socioafetivas e de saúde, entre outros aspectos, se constituem em importantes indicadores de que a participação grupal dos idosos também pode contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise da impactação da participação dos Idosos no grupo de convivência, procurou-se compreender a importância dos direitos da pessoa idosa, identificando o principal elemento que impulsiona as pessoas idosas a freqüentar o grupo de convivência; analisando também quais os fatores que podem contribuir para uma melhor qualidade de vida por intermédio da Proteção Social Básica e entender a contribuição do PAIF para a vida do idoso e de sua família.

Sendo assim, podemos dizer que como resultado desta pesquisa, respondendo se os objetivos foram alcançados, conclui-se obter resultados positivos, pois a forma como o grupo interagiu foi de suma importância para a relevância deste estudo, pois a formação de grupos de convivência tem por objetivo proporcionar qualidade de vida aos idosos, através de momentos de convivência harmoniosa, com troca de experiências e empoderamento desses sujeitos, portanto, por meio desta inquietação instigou-se o presente estudo.

Pensar ou repensar a situação atual das pessoas idosas, é predominantemente importante, pois é no envelhecimento que as relações sociais tendem a diminuir, pois nesse período da vida ocorre perda dos papéis sociais, e os recursos econômicos não tem contribuído para satisfazer as necessidades do idoso, geralmente ocorrem alterações na família e nas relações interpessoais.

Devido ao grande número de idosos que tem aumentado nos últimos anos é muito importante que se pense em um envelhecimento com qualidade de vida, pois o envelhecimento deve ser visto como uma fase ativa, tendo o idoso como um sujeito de direitos, e não como o fim da vida, ou a desvalorização do idoso porque não oferece mais força de trabalho, ele deve ser visto como um ser rico de vivências e experiências que podem contribuir no processo de luta pelos direitos sociais, não só deles, mas de toda a população.

O significado da convivência grupal para os idosos que dele fazem parte é um processo de crescimento deste segmento longevo, e que este se sinta aceito e respeitado pelos familiares e por aqueles que antes o criticavam ou discriminava. Através do grupo, estes idosos podem reavaliar a sua vida e ver que precisa estar inserido em um grupo social que lhe proporcione desenvolver suas potencialidades, reconhecer e aprender a conviver com suas limitações.

Acredita-se que o maior desafio encontrado pelos idosos nesse processo de reconhecimento de seus direitos enquanto usuários da política de Assistência Social estão em

não conhecer bem o serviço e acharem que estão apenas ‘brincando’ durante os encontros do grupo, pois por eles não é visto como uma devida intervenção. Acredita-se que este fenômeno aconteça por falta de informatização. A pesquisa confirma essa hipótese quando os idosos afirmam não conhecer o que é o PAIF.

Os espaços sócio-ocupacionais devem englobar ações educativas e intersetoriais, afim de informar, garantir e modificar a maneira de ver os direitos sociais do idoso, por ele pelo restante da população. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos vinculado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família é um rico espaço onde essas ações podem ser intensificadas e feitas de maneira mais dinâmica e acessível, em uma linguagem mais prática e compreensível para eles.

Diante do exposto, pode-se dizer que os idosos vêm sofrendo não só com as questões de saúde e cansaço que permeiam essa fase da vida, mas com a solidão, a violência, a negligência e o preconceito. Diante dessa realidade, não se pretende considerar o tema aqui tratado como encerrado, e, sim, abrir portas e voltar olhares para as expressões da questão social que assolam e fragilizam a vida desse segmento populacional.

Com a significação desta pesquisa conclui-se que para o meio acadêmico, no sentido de que novos olhares sejam levados a pesquisar mais sobre essa proposta, despertando conhecimento sobre este tema que é muito relevante para contribuir em nosso ambiente de espaço sócio-ocupacional, com objetivo de desenvolvimento de novas ações educativas e de conscientização sobre o envelhecimento ativo, crítico e protagonista.

O Brasil é um país que está envelhecendo, mas que não aceita a velhice como as demais fases da vida. A velhice no país carrega consigo o estigma do preconceito, da negligencia e da exclusão. Dessa maneira, é que se acredita que o estudo é válido para toda a sociedade, visando uma nova interpretação para a velhice.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia M. **O trabalho com famílias: uma abordagem psicossocial.** In: CADERNOS de Assistência Social: trabalhador. Belo Horizonte: NUPASS, 2006.

AGUILAR, Maria José Idáñez. **Como Animar um Grupo**. 2. ed. Princípios básicos e técnicas. trad. Lucia M. E. Orth. Petrópolis: 2004.

ALVES, Danielle dos Santos. **O envelhecimento e a importância da convivência social e familiar: estudo sobre um Grupo de Convivência na cidade de Cruz das Almas – Bahia**. Monografia (Graduação em Serviço Social)-). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/ILHA-5/Downloads/Danielle%20dos%20Santos%20Alves%20(3).pdf Acesso em: 04 de jun. 2019.

BARROS, M. M. L. **Velhice na contemporaneidade.** In: PEIXOTO, C. E. (Org) Família e envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. (La Vieilhesse. Paris: Gallimond, 1970). São Paulo: Nova Fronteira, 1990.

BOLSANELLO, Aurélio; BOLSANELLO, Maria Augusta. **Conselho:** Análise do comportamento humano em psicologia. Curitiba: Educacional Brasil, 1986.

BRAGA, Pérola Melissa Vianna. Curso de Direito do Idoso. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Na-cional de Assistência Social PNAS**. Bra-sília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema único de Assistência Social. Proteção Social Básica. **Orientações Técnicas:** centro de referência de assistência social – CRAS. Brasília, 2009.

BRASIL. **O Estatuto do Idoso**, Projeto de Lei da Câmara nº. 57, de 2003 (nº 3.561, de 1997, na casa de origem). Diário Oficial da União, Brasília, 8 dez. 2003.

BRASIL**. Lei no 8.742, de 7 dezembro de 1993**. Dispõe sobre a assistência social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas**. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. - 3. ed., 2. reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 70 p.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. 1. Ed. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.]

BRASIL. **Política Nacional do Idoso.** Lei Federal n°. 8.842 de 04 de janeiro de 1994. Brasília — DF: Ministério da Justiça, Secretária Nacional dos Direitos Humanos, 1998.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. **Estatuto do idoso**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 40 p.

CASTRO, Odair Perugini (Org.). **Envelhecer – Revisitando o corpo**. Sapucaia do Sul: Notadez, 2004.

CAMARANO. A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

COLIN, Denise Ratmann Arruda; SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Serviços socioassistenciais: referências preliminares na implantação do SUAS**. In: BATTINI, O. (Org.). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate. São Paulo: Veras Editora; Curitiba: CIPEC, 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 39. Ed. Brasília: Câmara, atualizada em 2013.

DAL RIO, Maria Cristina. MIRANDA, Danilo Santos de. **Perspectiva social do envelhecimento**. [coordenação geral Áurea Eleotério Soares Barroso]. São Paulo : Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social : Fundação Padre Anchieta, 2009.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatizarão do envelhecimento.** 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004, p.266.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6. Ed. São Paulo-SP: Brasiliense, 2006.

FARRÉ, A. F. (2009). **Vejez y género.** In P. J. Gacía, Vejez, dependência y salud. Guia prática de gerontología (pp. 139-146). Madrid: Pirámide.

FERRARI, M. A. C. (2002). **Lazer e ocupação do tempo livre na terceira idade**. In M. P. Netto (Org.), *Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada* (pp. 98-105). São Paulo: Atheneu.

FERRIGNO, J. C. **A co-educação entre as gerações: um desafio da longevidade**. A terceira idade. São Paulo, v. 17, nº 37, p. 16-26, out. 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P**. Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Freire, P. **Educação e mudança**. (1979) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas – ERA. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOMES; Santos PARATELLA, Ana **Comportamento e Estilo de Vida da População Idosa e seu Poder de Consumo.** 2009. Disponível em: http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auspicios_publicaciones/actas_diseno/articulos_pdf/A004.pdf . Acesso em: 10/03/2019 AS 13:50

GRAU, Eros Roberto. **A constituinte e a constituição que teremos**. São Paulo: Ed. Revista dos tribunais, 1985, p. 43.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(RE)Pensando a pesquisa jurídica*: teoria e prática***. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

HERNANDIS, Sacramento Pinazo. **El apoyo social y las relaciones sociales de las personas mayores**. In: HERNANDIS, S.; P.; MARTINEZ, M.; S.; (Orgs.) Gerontología: Actualización, innovación y propuestas. Madrid: Pearson Educación S.A, 2005, p. 221-256.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

JORDÃO NETTO, **A. Gerontologia Básica**. São Paulo: Lemos, 1997.

LOIS, Maria Palacin. **El Grupo Familiar ante la enfermedad y el desarrollo del Afecto Grupal.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2010.

MARCELLINO, N., Barbosa, F., & Mariano, S. (2008). **Espaços e equipamentos de lazer: Apontamentos para uma Política Pública**. In N. Marcellino (Org.). Políticas públicas de lazer (pp. 133-152). Campinas: Alínea.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e qualidade de vida**. In: Moreira, Wagner Wey (org). Qualidade de vida: complexidade e educação. Campinas: Papirus, 2001.

MASCARO, Sonia de Amorim. **O que é velhice. In: Coleção Primeiros Passos (310)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MESTRINER, Maria L. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MCPHERSON, Barry. **Envelhecimento populacional e lazer**. In: SESC/WRLA. Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC, 2000. p. 227-249.

MINAYO, M. c. S., & Coimbra jr. **Entre a Liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento.** In M. c. S. Minayo & Coimbra jr. (OrGs.), Antropologia, saúde e envelhecimento (p. 11-24). Rio de janeiro: Fiocruz. 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamaso**. Família e Políticas Sociais**. In: BOSCHETTI, Ivane-te; BEHRING, Elaine Rosseti; MIOTO, Regina Célia Tamaso (Orgs.). **Política Social no Capitalismo:** tendências con-temporâneas. São Paulo: Cortez Ed., 2008.

NERI, Anita Liberalesso. **Atitudes e preconceitos em relação à velhice**. *In*: NERI, Anita Liberalesso et al (org). Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. p.33-44.

NERI, Anita Liberalesso (org.). **Fragilidade e Qualidade de Vida na Velhice**. Campinas: Alínea, 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis**. Campinas: Papirus, 1999.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.**-1.ed.-Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,2009. 72 p.

Orientações Técnicas sobre o PAIF – O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol. I. (BRASIL, 2012a)

PAZ, S.F. **Dramas, cenas e tramas: a situação de Fóruns e Conselhos do idoso no Rio de Janeiro**. 2001. 763 f. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001.

PENA, F. B.; SANTO, F. H. E. **O movimento das emoções na vida dos idosos: um estudo com um grupo da terceira idade**. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 17 -24, 2006. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_1/original_02.htm>. Acesso em: 02 de Junho de 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania** In **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas/ (organizadoras) Ivanete Boschetti. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009, pp.87-108;

PEREIRA, A. P**. Necessidades humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, Luis Fernando Silva. **O social inadiável**. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf, 1984.

PINHAIS. **PROTOCOLO DE SERVIÇOS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS**. 1.Ed.

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1.ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Reim. 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 32.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, J. C. **Velhos ou idosos. A terceira idade**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 94-111. jan. 2003.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Holgonsi. **A importância da autonomia**. Jornal A Razão, Santa Maria, 25 jun. 1998. Disponível em: . Acesso em: 03/07/2007.

TAVARES, A. **Causas da derrocada de 1º de abril de 1964.** Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n.8, p.11-33, jun. 1966.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil** – São Paulo: Cortez, 2008.

ZINGANO, M. **Aristóteles: tratado da virtude moral**; Ethica a Nicomachea I 13-III, 8. São Paulo: Editora Odysseus, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Esta pesquisa traz como temática O Desafio da Qualidade de Vida: O Impacto da Participação dos Idosos no Grupo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF. Um estudo no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS I, em Abaiara- CE, desenvolvido pelo acadêmico do Curso de Serviço Social IRIS TEIXEIRA DE OLIVEIRA. A pesquisa traz como Objetivo Geral: Analisar o impacto da participação dos idosos no grupo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF.

A participação na pesquisa deverá ser realizada de forma voluntária e caberá ao senhor/senhora decidir se irá participar da pesquisa, respondendo às perguntas que será realizada durante a entrevista semiestruturada. A coleta de dados ocorrerá através de entrevista com perguntas semiestruturada, mantendo a ética e integridade física e moral do participante.

O acadêmico estará à disposição para responder a qualquer dúvida, prestando total esclarecimento que for necessário sobre o processo da pesquisa, bem como seu professor orientador.

Diante disso, eu:

_____, declaro estar devidamente esclarecido sobre a pesquisa a ser realizada e dou meu consentimento para participar da mesma, autorizando o uso dos dados na publicação dos resultados obtidos.

Juazeiro do Norte – CE, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura do participante

_____

IRIS TEIXEIRA DE OLIVEIRA

APÊNDICE B:

CENTRO UNIVERSITÁRIO LEÃO SAMPAIO

ENTREVISTA

01.Gênero:

( ) Feminino ( ) Masculino

02. Idade:

( ) Entre 50 e 60 anos ( ) Entre 66 e 70 anos

( ) Entre 61 e 65 anos ( ) 71 ou mais

03. Estado civil:

( ) Solteiro (a) ( ) Viúvo (a) ( ) União Estável

( ) Casado (a) ( ) Divorciado (a)

04.Escolaridade:

( ) Alfabetizado ( ) Ensino Médio Completo

( ) Não Alfabetizado ( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Superior Completo

( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Superior Incompleto

05. Ao adentrar no Grupo de Convivência quais foram as principais mudanças identificadas em sua vida? Foram positivas ou negativas?

_____

_____

_____

06. Enquanto pessoa idosa e com base na sua convivência social e familiar você compreende que o grupo é uma forma de assegurar e informatizar sobre direitos?

( ) SIM ( ) NÃO

07. Você já incentivou alguém a participar do grupo? Quem? Essa pessoa hoje faz parte do grupo?

_____

_____

_____

08. Você sabe o que é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral á Família (PAIF) e como ele atua?

( )SIM ( )NÃO

Se sim, fale um pouco:

_____
_____
_____

09. No Brasil há uma legislação e uma política que defende seus direitos enquanto pessoa idosa, você possui conhecimento sobre elas?

( )SIM ( ) NÃO

10. Em sua concepção qual o principal impacto causado por consequência do Grupo de Convivência? O que acha de mais interessante no grupo?

_____
_____
_____

11. Nos dias atuais o idoso enfrenta diversos casos de fragilidade, tanto individualmente, tanto socialmente, neste sentido qual a principal dificuldade ou motivação que o levou a procurar o grupo?

_____
_____
_____

12. Você se considera possuir qualidade de vida freqüentando o Grupo de Convivência do CRAS? Por que?

( ) Sim ( ) Não

_____
_____
_____